



## RELATÓRIO DA CORREIÇÃO ORDINÁRIA REALIZADA NA 2ª VARA DO TRABALHO DE TAQUARA EM 23.08.2016

Aos 23 dias do mês de agosto de 2016, compareceu à sede da 2ª Vara do Trabalho de Taquara o Excelentíssimo Senhor **MARÇAL HENRI DOS SANTOS FIGUEIREDO**, Desembargador Vice-Corregedor do Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região, acompanhado das servidoras Andréa Koliver e Maria Eneida Giordani, para Correição Ordinária anual, nos termos legais e regimentais, conforme os autos do Processo Administrativo nº 0004089-74.2016.5.04.0000. O Desembargador Vice-Corregedor e a sua equipe foram recebidos pelo Juiz Titular José Luiz Dibe Vescovi, pela Juíza Substituta Lúcia Rodrigues de Matos, pelo Diretor de Secretaria Pedro Holzbach e pelos servidores lotados nessa Vara do Trabalho. Com base nas informações prestadas pelos Gestores da Vara do Trabalho, nos autos de processos analisados e nos dados oriundos dos sistemas disponibilizados a esta Vice-Corregedoria Regional, apurou-se o seguinte:

### 1 INFORMAÇÕES GERAIS

**Data da instalação da Vara do Trabalho:** 14.05.1993

**Data da última correição realizada:** 18.08.2015

**Data da Implantação do PJe:** 18.08.2014

**Jurisdição:** Igrejinha, Parobé, Riozinho, Rolante, Taquara e Três Coroas.

**1.1 Período Correccionado:** de 1º.01.2015 a 23.08.2016

### 2 ESTRUTURA FUNCIONAL

#### 2.1 JUÍZES

##### 2.1.1 Juízes Atuais

Juiz (a)	Situação	Período
José Luiz Dibe Vescovi	Juiz Titular	Desde 16.05.2002
Lúcia Rodrigues de Matos	Juíza Substituta	Desde 18.07.2016

(Fonte: Informações disponibilizadas pela Secretaria de Apoio aos Magistrados em 18.08.2016)

##### 2.1.2 Circunscrição

Nos termos da Portaria nº 04/2016, da Corregedoria Regional deste TRT, a 2ª Vara do Trabalho de Taquara pertence à 64ª circunscrição da jurisdição territorial da Justiça do Trabalho da 4ª Região. Desde 18.07.2016, foi instituída a modalidade lotação plúrima nessa circunscrição, com vaga ocupada pela Juíza Substituta Lúcia Rodrigues de Matos.



### 2.1.3 Juizes que Atuaram no Período Correcionado

	Juiz (a)	Período(s)	Situação/Motivo	Total
1	<b>José Luiz Dibe Vescovi</b>	Desde 16.05.2002	<b>Juiz Titular</b>	14 anos
2	<b>Lúcia Rodrigues de Matos</b>	Desde 18.07.2016	<b>Juíza Substituta lotada</b>	01 mês e 06 dias
		12.03 a 12.04.2015	Atuou como Juíza Auxiliar (regime de Juiz Auxiliar compartilhado)	32 dias
		13.05 a 21.06.2015	Atuou como Juíza Auxiliar (regime de Juiz Auxiliar compartilhado)	09 dias
		16.07 a 14.08.2015	Atuou em razão de férias do Juiz Titular	30 dias
		24 a 30.08.2015	Atuou como Juíza Auxiliar	07 dias
		14 a 20.09.2015	Atuou como Juíza Auxiliar	07 dias
		28.09 a 04.10.2015	Atuou como Juíza Auxiliar	07 dias
		13 a 18.10.2015	Atuou como Juíza Auxiliar	06 dias
		26.10 a 02.11.2015	Atuou como Juíza Auxiliar	08 dias
		09 a 15.11.2015	Atuou como Juíza Auxiliar	07 dias
		10.02 a 10.03.2016	Atuou em razão de férias do Juiz Titular	30 dias
		23 a 29.05.2016	Atuou como Juíza Auxiliar	07 dias
		20 a 26.06.2016	Atuou como Juíza Auxiliar	06 dias
		14.07.2016	Atuou como Juíza Auxiliar	01 dia
18.07 a 16.08.2016	Atuou em razão de férias do Juiz Titular	30 dias		
3	<b>Oswaldo Antonio da Silva Stocher (Juiz do Trabalho Substituto)</b>	09.02 a 10.03.2015	Atuou em razão de férias do Juiz Titular	30 dias
		12.03 a 03.05.2015	Atuou como Juiz Auxiliar (regime de Juiz Auxiliar compartilhado)	01 mês e 23 dias
		18.05 a 21.06.2015	Atuou como Juiz Auxiliar (regime de Juiz Auxiliar compartilhado)	01 mês e 04 dias
4	<b>Jaqueline Maria</b>	13 a 26.04.2015	Atuou como Juíza Auxiliar (regime de Juiz Auxiliar compartilhado)	14 dias
		29.04 a 12.05.2015	Atuou como Juíza Auxiliar (regime de Juiz Auxiliar compartilhado)	14 dias



	<b>Menta (Juíza do Trabalho Substituta)</b>	22 e 23.06.2015	Atuou como Juíza Auxiliar (regime de Juiz Auxiliar compartilhado)	02 dias
		29.06 a 14.07.2015	Atuou como Juíza Auxiliar (regime de Juiz Auxiliar compartilhado)	16 dias
5	<b>Cláudia Elisandra de Freitas Carpenedo (Juíza do Trabalho Substituta)</b>	04 a 12.05.2015	Atuou como Juíza Auxiliar (regime de Juiz Auxiliar compartilhado)	09 dias
6	<b>Edenir Barbosa Domingos (Juiz do Trabalho Substituto)</b>	22.06 a 14.07.2015	Atuou como Juiz Auxiliar (regime de Juiz Auxiliar compartilhado)	23 dias
		21 a 27.03.2016	Atuou como Juiz Auxiliar	07 dias
		04 a 17.04.2016	Atuou como Juiz Auxiliar	14 dias
		25 e 26.04.2016	Atuou como Juiz Auxiliar	02 dias
		09 a 15.05.2016	Atuou como Juiz Auxiliar	07 dias

(Fonte: Informações disponibilizadas pela Secretaria de Apoio aos Magistrados em 18.08.2016)

#### 2.1.4 Afastamentos dos Juízes Titulares Lotados durante o Período Correccionado

	Juiz (a)	Motivo	Dias de Afastamento	Total
<b>Titular</b>	<b>José Luiz Dibe Vescovi</b>	Férias	09.02 a 10.03.2015	30 dias
		Licença para Tratamento de Saúde (LTS)	23.04 a 24.04.2015	02 dias
		Férias	16.07 a 14.08.2015	30 dias
		Férias	10.02 a 10.03.2016	30 dias
		Férias	18.07 a 16.08.2016	30 dias
<b>Substituta</b>	<b>Lúcia Rodrigues de Matos</b> *Somente considerados os afastamentos após instituído o regime de lotação plúrima	Férias	18.08 a 16.09.2016	30 dias

(Fonte: Informações disponibilizadas pela Secretaria de Apoio aos Magistrados em 18.08.2016)

## 2.2 SERVIDORES

### 2.2.1 Servidores Lotados na Unidade Judiciária

Servidores lotados na 2ª Vara do Trabalho de Taquara



PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO  
CORREGEDORIA REGIONAL

	Servidor (a)	Cargo	Função	Data de Exercício na Unidade Judiciária
1	Pedro Holzbach	Técnico Judiciário – Área Administrativa	<b>Diretor de Secretaria (CJ3)</b>	20.09.1993
2	Carlos Miguel Tafernaberry	Analista Judiciário – Área Judiciária	<b>Assistente de Juiz Titular (FC05)</b>	02.09.2002
3	Luiza de Castilhos Ryppl	Técnico Judiciário – Área Administrativa	<b>Assistente de Diretor de Secretaria (FC04)</b>	29.04.2002
4	Maximo Cecilio Dos Santos Neto	Técnico Judiciário – Área Administrativa	<b>Secretário de Audiência (FC03)</b>	27.02.2003
5	Ana Patricia Apollo	Analista Judiciário- Área Judiciária	<b>Assistente (FC02)</b>	01.07.1996
6	Cristiani Pandolfo	Analista Judiciário- Área Judiciária	<b>Assistente (FC02)</b>	25.06.2003
7	Luis Gustavo Teixeira Jaeger	Técnico Judiciário – Área Administrativa	<b>Assistente (FC02)</b>	03.07.2009
8	Carine Vieira Braier	Técnico Judiciário – Área Administrativa	-	17.03.2014
9	Julia Seolino Machado	Técnico Judiciário – Área Administrativa	-	25.01.2016
10	Juliana Magrini Villela	Técnico Judiciário – Área Administrativa	-	09.10.2008
11	Leonardo Von Muhlen	Técnico Judiciário – Área Administrativa	-	05.10.2004
12	Mariane Becker	Técnico Judiciário – Área Administrativa	-	27.08.2012

(Fonte: Consulta ao Sistema Recursos Humanos em. 04.082016)



## 2.2.2 Padronização da Estrutura de Pessoal – Resolução nº 63/CSJT

Processos Recebidos (Média Trienal dos anos de 2013, 2014 e 2015)	Faixa Processual (Resolução nº 63/2010)	Lotação na Unidade Judiciária	Lotação Adequada (Resolução nº 63/2010)
1.446	1.001-1.500	12	11 a 12

A Resolução nº 63/2010 do CSJT instituiu a padronização da estrutura organizacional e de pessoal dos órgãos da Justiça do Trabalho de primeiro e segundo grau. Consideradas as alterações realizadas posteriormente pelas Resoluções nº 77 e 83/2011, também do CSJT, e, visando o cumprimento da Meta Nacional nº 3 do Conselho Nacional de Justiça para o exercício de 2014, o Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região adotou os seguintes critérios para definição da lotação mínima das unidades judiciárias de 1º grau: a) quando a movimentação processual se situar na metade inferior da faixa correspondente, o quantitativo de servidores será igual ao do limite inferior e b) quando a movimentação processual se situar na metade superior da faixa correspondente, o quantitativo de servidores será igual ao do limite superior. A Administração estabeleceu como diretriz a utilização do número máximo de servidores previsto na Resolução CSJT 63/2010, sempre que possível, para cada faixa de movimentação processual das Varas do Trabalho.

Com base no exposto, o número atual de servidores da 2ª Vara do Trabalho de Taquara está de acordo os parâmetros previstos nas referidas normas.

## 2.2.3 Afastamentos dos Servidores durante o Período Correcionado

Servidores lotados na 2ª Vara do Trabalho de Taquara			
Servidor(a)	Motivo	Dias de Afastamento	Total
Pedro Holzbach	Curso ou Evento (CURS)	11	26
	Curso Parcial	1	
	Doença em Pessoa da Família (LPF)	12	
	Licença para Tratamento de Saúde (LTS)	2	
Carlos Miguel Tafernaberry	-	-	-
Luiza de Castilhos Rypf	Curso ou Evento (CURS)	3	3
Maximo Cecilio Dos Santos Neto	Licença para Tratamento de Saúde (LTS)	6	19
	Fruição dos Dias Trabalhados nas Eleições (TREF)	13	



PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO  
CORREGEDORIA REGIONAL

Ana Patricia Apollo	Dispensa Médica (DM)	1	14
	Falecimento de Pessoa da Família (FALC)	8	
	Doença em Pessoa da Família (LPF)	1	
	Licença para Tratamento de Saúde (LTS)	1	
	Fruição dos Dias Trabalhados nas Eleições (TREF)	3	
Cristiani Pandolfo	Dispensa Médica (DM)	4	5
	Licença para Tratamento de Saúde (LTS)	1	
Luis Gustavo Teixeira Jaeger	Curso ou Evento (CURS)	1	6
	Dispensa Médica (DM)	1	
	Licença para Tratamento de Saúde (LTS)	4	
Carine Vieira Braier	Curso ou Evento (CURS)	1	5
	Dispensa Médica (DM)	2	
	Doença em Pessoa da Família (LPF)	2	
Julia Seolino Machado *Desde 25.01.2016	Curso ou Evento (CURS)	2	14
	Licença para Tratamento de Saúde (LTS)	12	
Juliana Magrini Villela	Dispensa Médica (DM)	1	7
	Doença em Pessoa da Família (LPF)	3	
	Licença para Tratamento de Saúde (LTS)	3	
Leonardo Von Muhlen	Dispensa Médica (DM)	7	7
Mariane Becker	Curso ou Evento (CURS)	2	2
	TEL – TELETRABALHO desde o dia 27.05.2016		

(Fonte: Consulta ao Sistema Recursos Humanos em 04.08.2016)

\* Servidor lotado na Unidade Judiciária inspecionada durante a vigência do período correccionado: somente são computados os afastamentos ocorridos a partir da data da vinculação do servidor à referida Unidade

#### 2.2.4 Greve dos Servidores durante o Período Correccionado

Considerando sua influência nos dados estatísticos, registra-se o movimento grevista deflagrado pelos servidores do Judiciário Federal no ano de 2015. Na Vara do Trabalho inspecionada, houve interrupção dos prazos processuais dos processos físicos, suspensão de carga de autos, salvo cargas



rápidas relacionadas às audiências, limitação do atendimento externo ao período das 10h às 12h e das 13h30min às 17h, manutenção das medidas judiciais de urgência, liberação dos alvarás expedidos e realização das audiências designadas, conforme a Portaria Conjunta nº 01/15, expedida pelos Juízes Titulares da 1ª, 2ª e 4ª Vara do Trabalho de Taquara, datada em 09.06.2015. Especificamente nos dias 29.6.2015 e 30.6.2015, houve a suspensão da realização das audiências designadas e do atendimento ao público mas com atendimento das medidas judiciais de urgência, mediante acionamento do serviço de plantão. Houve a restauração dos termos da Portaria Conjunta nº 01/2015 a partir de 1º.07.2015, conforme a Portaria Conjunta nº 02/2015, expedida pelos Juízes titulares da 1ª, 2ª e 4ª Varas do Trabalho de Taquara. Houve, ainda, suspensão da realização das audiências designadas para o dia 21.07.2015, observadas as medidas judiciais de urgência, de acordo com a Portaria Conjunta nº 03/2015 expedida pelo Juiz Titular da 1ª Vara do Trabalho de Taquara e pela Juíza substituta no exercício da titularidade da 2ª Vara do Trabalho de Taquara, Lúcia Rodrigues de Matos. Por fim, houve a restituição de todos os prazos que teriam fluência durante o período da paralização, bem como o restabelecimento dos demais, segundo a Portaria nº 01/2015, expedida pelo Juiz do Trabalho Titular da 2ª Vara do Trabalho de Taquara, José Luiz Dibe Vescovi.

## 2.2.5 Movimentação de Servidores durante o Período Correccionado

	Servidor (a)	Data de Lotação	Data de Saída	Tempo de Permanência na Unidade Judiciária	Motivo da Saída
1	Eduardo Da Rosa Kappel	01.07.1993	01.12.2015	22 anos, 05 meses e 01 dia	Falecimento
2	Claudia Monteiro Marino*	11.09.2014	17.07.2016	01 ano, 10 meses e 07 dias	Lotação na Secretaria da Corregedoria-Assistente de Juiz Substituto (FC05)

(Fonte: Consulta ao Sistema Recursos Humanos em 05.08.2016)

\* A servidora já ocupava função de Assistente de Juiz Substituto FC05 na Vara do Trabalho correccionada

## 2.2.6 Estagiários

Conforme consulta ao Sistema RH em 05.08.2016, a unidade não conta com estagiário.

## 3 MOVIMENTAÇÃO PROCESSUAL



### 3.1 FAIXA DE MOVIMENTAÇÃO PROCESSUAL DA UNIDADE

Nos termos dos anexos III e IV da Resolução nº 63/2010 do CSJT, foram estabelecidas faixas de movimentação processual para padronização estrutural e de pessoal dos órgãos de primeiro grau da Justiça do Trabalho. Para fins comparativos e de análise da evolução dos dados estatísticos, as Varas do Trabalho da 4ª Região foram classificadas conforme os critérios de movimentação processual estabelecidos naquela Resolução.

Em face disso, a 2ª Vara do Trabalho de Taquara foi enquadrada na faixa de movimentação processual de mais 1.001 a 1.500 processos por ano.

Dessa forma, os dados estatísticos da Unidade serão comparados com a média das demais Unidades Judiciárias situadas na mesma faixa de movimentação processual constantes do quadro abaixo, bem como com a média de toda as unidades de 1ª instância de todo o TRT4.

Unidades Judiciárias com 1.001 a 1.500 processos por ano	2013	2014	2015	Média
Alvorada - 01a Vara	1.033	1.069	1.161	1.087,67
Bagé - 01a Vara	1.261	1.354	1.222	1.279,00
Bagé - 02a Vara	1.251	1.362	1.212	1.275,00
Cachoeirinha - 01a Vara	1.289	1.372	1.616	1.425,67
Cachoeirinha - 02a Vara	1.298	1.379	1.606	1.427,67
Camaquã - 01a Vara	780	1.239	1.072	1.030,33
Canoas - 01a Vara	1.377	1.463	1.625	1.488,33
Canoas - 02a Vara	1.365	1.496	1.555	1.472,00
Canoas - 03a Vara	1.413	1.431	1.556	1.466,67
Canoas - 04a Vara	1.368	1.497	1.581	1.482,00
Carazinho - 01a Vara	1.351	1.520	1.492	1.454,33
Caxias do Sul - 06a Vara	1.329	1.423	1.594	1.448,67
Cruz Alta - 01a Vara	1.009	1.160	1.261	1.143,33
Farroupilha - 01a Vara	936	1.118	1.303	1.119,00
Gramado - 01a Vara	932	1.047	1.230	1.069,67
Gramado - 02a Vara	933	1.043	1.207	1.061,00
Gravataí - 01a Vara	1.203	1.373	1.522	1.366,00
Gravataí - 02a Vara	1.200	1.348	1.506	1.351,33
Gravataí - 03a Vara	1.204	1.359	1.524	1.362,33
Gravataí - 04a Vara	1.214	1.343	1.515	1.357,33
Ijuí - 01a Vara	1.110	1.202	1.006	1.106,00



PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO  
CORREGEDORIA REGIONAL

Lajeado - 01a Vara	1.203	1.362	1.219	1.261,33
Lajeado - 02a Vara	1.223	1.359	1.197	1.259,67
Montenegro - 01a Vara	1.256	1.314	1.308	1.292,67
Novo Hamburgo - 01a Vara	1.218	1.263	1.230	1.237,00
Novo Hamburgo - 02a Vara	1.260	1.286	1.252	1.266,00
Novo Hamburgo - 03a Vara	1.263	1.327	1.222	1.270,67
Novo Hamburgo - 04a Vara	1.301	1.292	1.248	1.280,33
Novo Hamburgo - 05a Vara	1.236	1.305	1.218	1.253,00
Palmeira das Missões - 01a Vara	1.068	1.013	1.350	1.143,67
Passo Fundo - 01a Vara	1.229	1.185	1.448	1.287,33
Passo Fundo - 02a Vara	1.144	1.165	1.499	1.269,33
Passo Fundo - 03a Vara	1.188	1.414	1.383	1.328,33
Passo Fundo - 04a Vara	1.191	1.402	1.439	1.344,00
Pelotas - 01a Vara	1.235	1.164	1.115	1.171,33
Pelotas - 02a Vara	1.234	1.168	1.112	1.171,33
Pelotas - 03a Vara	1.237	1.155	1.098	1.163,33
Pelotas - 04a Vara	1.228	1.171	1.110	1.169,67
Porto Alegre - 18a Vara	1.500	1.111	1.504	1.371,67
Santa Cruz do Sul - 01a Vara	1.188	1.186	1.295	1.223,00
Santa Cruz do Sul - 02a Vara	1.275	1.202	1.360	1.279,00
Santa Cruz do Sul - 03a Vara	1.146	1.223	1.319	1.229,33
Santa Maria - 01a Vara	1.135	1.197	1.360	1.230,67
Santa Maria - 02a Vara	1.134	1.195	1.323	1.217,33
Santo Ângelo - 01a Vara	1.160	1.330	1.250	1.246,67
São Jerônimo - 01a Vara	970	1.104	1.120	1.064,67
Sapiranga - 01a Vara	1.407	1.509	1.282	1.399,33
Sapiranga - 02a Vara	1.411	1.447	1.268	1.375,33
Sapiranga - 03a Vara	1.411	1.447	1.280	1.379,33
Taquara - 01a Vara	1.398	1.379	1.349	1.375,33
<b>Taquara – 02ª Vara</b>	<b>1.408</b>	<b>1.342</b>	<b>1.588</b>	<b>1.446,00</b>
Taquara - 03a Vara	1.411	1.347	1.333	1.363,67
Taquara - 04a Vara	1.399	1.331	1.360	1.363,33
Triunfo - 01a Vara	1.211	1.473	1.160	1.281,33



Uruguaiana - 01a Vara	1.588	1.273	1.161	1.340,67
Uruguaiana - 02a Vara	1.581	1.254	1.140	1.325,00
Unidades com 1.001 a 1.500 processos por ano	69.303	72.293	74.266	1.284,89

(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 31.03.2016)

### 3.2 ACERVO DE PROCESSOS EM TRAMITAÇÃO

Situação	2014	2015	Variação 2014-2015	2016 (até 30.06)	Variação 2015-2016
Pendentes de finalização na fase de conhecimento*	1.551	1.543	-0,52%	1.803	16,85%
Pendentes de finalização na fase de liquidação**	174	185	6,32%	182	-1,62%
Pendentes de finalização na fase de execução***	900	849	-5,67%	912	7,42%
Cartas precatórias e de ordem pendentes de devolução	20	19	-5,00%	5	-73,68%
<b>Total</b>	<b>2.645</b>	<b>2.596</b>	<b>-1,85%</b>	<b>2.902</b>	<b>11,79%</b>

(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 06.07.2016)

\* Consideram-se finalizados, na fase de conhecimento, os processos: a) remetidos a outra Vara ou a órgão jurisdicional pertencente a tribunal diverso; b) arquivados definitivamente; c) com entrega definitiva dos autos à parte; d) com início da fase de liquidação ou de execução.

\*\* Consideram-se finalizados, na fase de liquidação, os processos: a) remetidos a outra Vara ou a órgão jurisdicional pertencente a tribunal diverso, para liquidação; b) arquivados definitivamente; c) as Execuções Provisórias em Autos Suplementares apensadas aos autos principais; d) com execução iniciada.

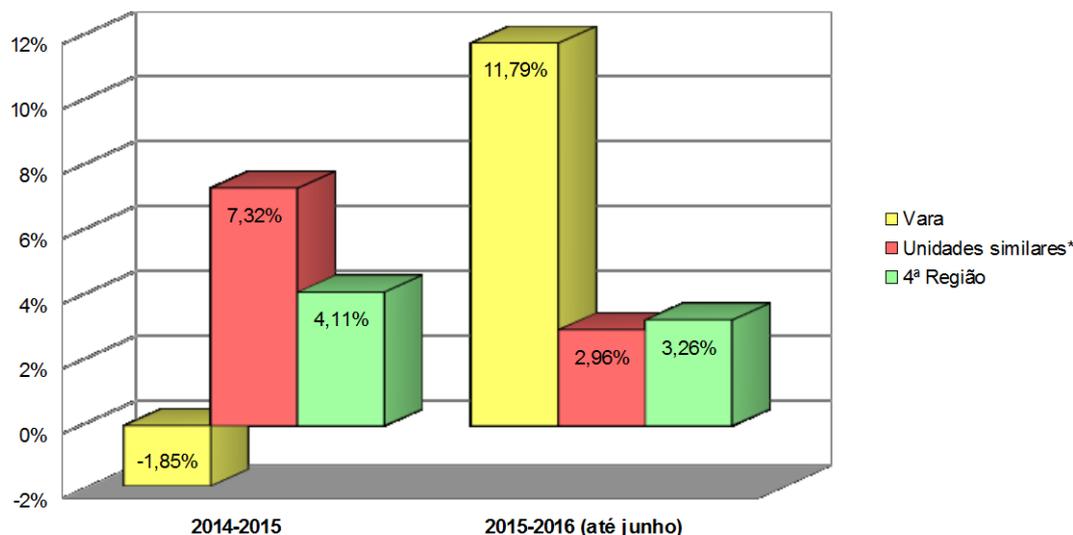
\*\*\* Consideram-se finalizados os processos de execução de títulos judiciais e extrajudiciais: a) remetidos a outra Vara ou a órgão jurisdicional pertencente a tribunal diverso, para execução; b) arquivados definitivamente; c) as Execuções Provisórias em Autos Suplementares apensadas aos autos principais.

Considerando todo o acervo, no ano de 2015 houve diminuição de 1,85% no total de processos tramitando na Unidade Judiciária, o que equivale a diminuição de 49 processos no acervo em tramitação. Em número de processos, a fase de execução foi a que mais contribuiu para a diminuição desse estoque (redução de 51 processos).

Essa variação no acervo de processos em 2015 foi bastante positiva frente ao resultado apresentado pela 4ª Região no período, em que registrada uma elevação média de 4,11% no estoque de processos em tramitação. Nos seis primeiros meses de 2016, contudo, verifica-se que o estoque de processos tramitando na unidade aumentou 11,79%, índice muito superior ao da média regional no período, como aponta o gráfico que segue:



Variação do acervo de processos tramitando



### 3.3 FASE DE CONHECIMENTO

#### 3.3.1 Processos Pendentes de Solução

	2014	2015	Variação 2014-2015	2016 (até 30.06)	Variação 2015-2016
Casos novos	1.342	1.588	18,33%	833	-47,54%
Sentença Anulada/Reformada	18	7	-61,11%	0	-100,00%
Processos solucionados (com e sem resolução de mérito)	1.210	1.506	24,46%	632	-58,03%
<b>Processos pendentes de solução</b>	<b>858</b>	<b>934</b>	<b>8,86%</b>	<b>1.194</b>	<b>27,84%</b>

(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 06.07.2016)

\* Consideram-se solucionados, na fase de conhecimento, os processos em que proferida decisão com ou sem resolução de mérito

No ano de 2015, registrou-se um aumento de 8,86% no estoque de processos pendentes na fase de conhecimento em relação ao período anterior (de 858 para 934 processos) – índice inferior ao verificado em toda a 4ª Região em 2015, na qual o número de processos pendentes na fase de conhecimento avançou 16,40%.



Varição dos processos pendentes na fase de conhecimento



Ainda quanto aos processos pendentes de solução na fase de conhecimento, verifica-se que a maior parte destes se encontrava aguardando encerramento da instrução processual em 31.12.2015, consoante se pode observar das especificações constantes no quadro abaixo:

Situação dos processos pendentes na fase de conhecimento					
	2014	2015	Varição 2014-2015	2016 (até 30.06)	Varição 2015-2016
Aguardando 1ª sessão de audiência	207	286	38,16%	368	28,67%
Aguardando encerramento da instrução	551	498	-9,62%	736	47,79%
Aguardando prolação de sentença – no prazo	73	53	-27,40%	71	33,96%
Aguardando prolação de sentença – com prazo vencido	27	97	259,26%	19	-80,41%
<b>TOTAL</b>	<b>858</b>	<b>934</b>	<b>8,86%</b>	<b>1.194</b>	<b>27,84%</b>

(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 06.07.2016)

### 3.3.2 Processos solucionados em relação aos distribuídos\* e em relação aos pendentes de julgamento\*\*

Processos solucionados em relação aos distribuídos					
	2014	2015	Varição 2014-2015	2016 (até 30.06)	Varição 2015-2016
Taquara – 02ª Vara	90,16%	94,84%	5,18%	75,87%	-20,00%
Unidades similares*	86,02%	89,46%	4,00%	90,76%	1,45%
TRT4 - 1ª Instância	85,92%	89,11%	3,72%	89,05%	-0,07%

(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 06.07.2016)



\* Fórmula: [número de processos solucionados / processos recebidos]

Em 2015, foram solucionados na Unidade Judiciária 94,84% dos processos distribuídos no mesmo período, constatando-se um aumento de 5,18% em relação ao índice do ano anterior. A média da Unidade nesse quesito foi 5,37 pontos percentuais superior a das unidades de porte semelhante e 5,72 pontos percentuais superior à média geral do TRT da 4ª Região.

Processos solucionados em relação ao total de processos pendentes de julgamento					
	2014	2015	Variação 2014-2015	2016 (até 30.06)	Variação 2015-2016
Taquara – 02ª Vara	57,40%	61,57%	7,26%	35,77%	-41,91%
Unidades similares*	55,92%	54,87%	-1,87%	39,24%	-28,49%
TRT4 - 1ª Instância	55,82%	55,20%	-1,10%	38,53%	-30,20%

(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 06.07.2016)

\*\* Fórmula: [número de processos solucionados / (resíduo anterior + processos recebidos)]

Quando considerado na base de cálculo o resíduo de processos pendentes do período anterior, o índice de processos julgados pela 2ª Vara do Trabalho de Taquara foi de 61,57% do número total de processos pendentes de julgamento, resultado 7,26% superior ao verificado em 2014. De qualquer sorte, tal desempenho foi 6,7 e 6,37 pontos percentuais superior ao das unidades da mesma faixa de movimentação processual e à média de toda a 4ª Região, respectivamente.

### 3.3.3 Processos Solucionados

Processos solucionados							
Tipo de solução		2014		2015		2016 (até 30.06)	
		QTD	%	QTD	%	QTD	%
Com exame de mérito	Conciliação	786	64,96	1.046	69,46	374	59,18
	Julgado procedente	20	1,65	19	1,26	8	1,27
	Julgado procedente em parte	232	19,17	278	18,46	139	21,99
	Julgado improcedente	37	3,06	20	1,33	35	5,54
	Extinto	1	0,08	0	0	0	0
	Outras decisões	0	0	0	0	0	0
	<b>SUBTOTAL</b>	<b>1.076</b>	<b>88,93</b>	<b>1.363</b>	<b>90,5</b>	<b>556</b>	<b>87,97</b>
Sem exame de mérito	Extinto	10	0,83	8	0,53	2	0,32
	Arquivamento (art. 844 CLT)	81	6,69	104	6,91	34	5,38
	Desistência	37	3,06	30	1,99	38	6,01
	Outras decisões	6	0,5	1	0,07	2	0,32



PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO  
CORREGEDORIA REGIONAL

	<b>SUBTOTAL</b>	<b>134</b>	<b>11,07</b>	<b>143</b>	<b>9,5</b>	<b>76</b>	<b>12,03</b>
	<b>TOTAL</b>	<b>1.210</b>	<b>100</b>	<b>1.506</b>	<b>100</b>	<b>632</b>	<b>100</b>

(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 06.07.2016)

No ano de 2015, verificou-se uma elevação de 296 processos solucionados na Unidade Judiciária, na comparação com o ano anterior, o que representa um acréscimo de 24,46%. Essa majoração se mostra acima da média de toda a 4ª Região que, em 2015, apresentou um aumento médio de 8,19%, bem como daquela apresentada por unidades similares, de apenas 6,84% no período, conforme especificações do quadro abaixo:

	Variação média processos solucionados		Variação média solucionados com resolução de mérito (sem conciliações)		
	2014-2015	2015-2016	2014-2015	2015-2016	
Taquara – 02ª Vara	24,46%	-58,03%	Taquara – 02ª Vara	9,31%	-42,59%
Unidades similares*	6,84%	-44,55%	Unidades similares*	8,33%	-45,97%
TRT4 - 1ª Instância	8,19%	-45,50%	TRT4 - 1ª Instância	7,56%	-45,40%

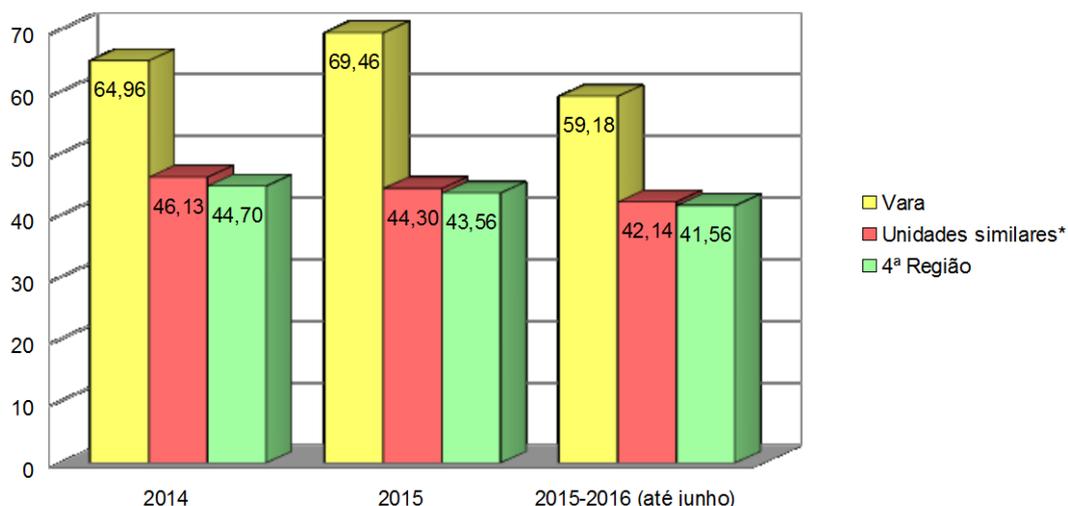
(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 06.07.2016)

Dentre os tipos de solução, verificou-se o incremento no número de decisões com resolução de mérito na Unidade. Excluídas as homologações de acordo, no ano de 2014 foram proferidas 290 decisões com resolução de mérito na Unidade; em 2015, esse número alcançou 317 decisões, representando uma elevação de 9,31%. Dessa forma, o desempenho da Unidade nesse quesito foi superior ao do TRT4, o qual registrou um aumento de 7,56% no número de decisões com resolução de mérito (sem conciliações).

Da mesma forma, os números evidenciam um aumento no percentual de processos solucionados por conciliação na Unidade Judiciária. Em 2014, o número de conciliações na fase de conhecimento foi de 786, representando 64,94% dos processos solucionados. Já em 2015, o número total de conciliações subiu para 1.046, correspondendo a 69,46% das soluções na fase de conhecimento – índice superior ao verificado em toda a 4ª Região, que alcançou a média de 43,56% no período. Por fim, constata-se que, no corrente ano, o índice de processos solucionados mediante acordo na fase de conhecimento foi de 59,18%, resultado superior à média regional no período, conforme explicitado no gráfico que segue:



Percentual de conciliações nos processos solucionados



### 3.4 FASE DE LIQUIDAÇÃO

#### 3.4.1 Processos pendentes de liquidação

	Liquidações				
	2014	2015	Variação 2014-2015	2016 (até 30.06)	Variação 2015-2016
<b>Iniciadas</b>	185	212	14,59%	144	-32,08%
<b>Encerradas</b>	99	190	91,92%	128	-32,63%
<b>Pendentes</b>	<b>163</b>	<b>181</b>	<b>11,04%</b>	<b>180</b>	<b>-0,55%</b>
<b>Arquivo Provisório</b>	5	5	0,00%	5	0,00%

(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 06.07.2016)

O número de processos pendentes na fase de liquidação passou de 163, em 2014, para 181, em 2015, importando em um aumento de 11,04%. Esse percentual foi superior ao verificado em toda a 4ª Região, cujo estoque de processos pendentes na fase de liquidação subiu de 27.239 em dezembro de 2014 para 28.935 em dezembro de 2015 (aumento de 5,9%). O principal motivo para esse resultado foi o aumento dos processos pendentes do ano anterior: 84 em janeiro de 2014 e 163 em janeiro de 2015, os quais, somados às execuções iniciadas, resultaram em um número superior ao de processos encerrados.

Nos seis primeiros meses de 2016, os números refletem uma pequena queda no estoque de processos pendentes na fase de liquidação (0,55%), correspondente a 1 processo.



### 3.4.2 Liquidações encerradas em relação às iniciadas\* e em relação ao total pendente de encerramento\*\*

Liquidações encerradas em relação às iniciadas					
	2014	2015	Variação 2014-2015	2016 (até 30.06)	Variação 2015-2016
Taquara – 02ª Vara	53,51%	89,62%	67,48%	88,89%	-0,82%
Unidades similares*	84,69%	89,42%	5,59%	88,74%	-0,76%
TRT4 - 1ª Instância	88,03%	88,43%	0,46%	89,52%	1,23%

(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 06.07.2016)

\* Fórmula: [número de liquidações encerradas / número de liquidações iniciadas]

Em 2015, foram encerradas na Unidade Judiciária 89,62% das liquidações iniciadas no mesmo período, constatando-se um aumento de 67,48% em relação ao índice do ano anterior. Este resultado foi superior à média das demais unidades constantes da mesma faixa de movimentação processual em menos de meio ponto percentual e à média geral do TRT4 em 1,19 pontos percentuais.

Liquidações encerradas em relação ao total pendente de encerramento					
	2014	2015	Variação 2014-2015	2016 (até 30.06)	Variação 2015-2016
Taquara – 02ª Vara	36,80%	50,67%	37,67%	39,38%	-22,27%
Unidades similares*	56,00%	55,23%	-1,37%	40,52%	-26,64%
TRT4 - 1ª Instância	55,95%	54,32%	-2,92%	40,91%	-24,69%

(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 06.07.2016)

\*\* Fórmula: [número de liquidações encerradas / (liquidações pendentes do período anterior + liquidações iniciadas)]

Quando considerado na base de cálculo o resíduo pendente do ano anterior, o índice de liquidações encerradas pela 2ª Vara do Trabalho de Taquara, em 2015, foi de 50,67% do número total de liquidações a encerrar – resultado 37,67% superior ao verificado em 2014. Mesmo assim, tal desempenho foi inferior à média das demais unidades constantes da mesma faixa de movimentação processual em 4,56 pontos percentuais e à média geral do TRT4 em 3,65 pontos percentuais.

## 3.5 FASE DE EXECUÇÃO

### 3.5.1 Processos Pendentes na Fase de Execução

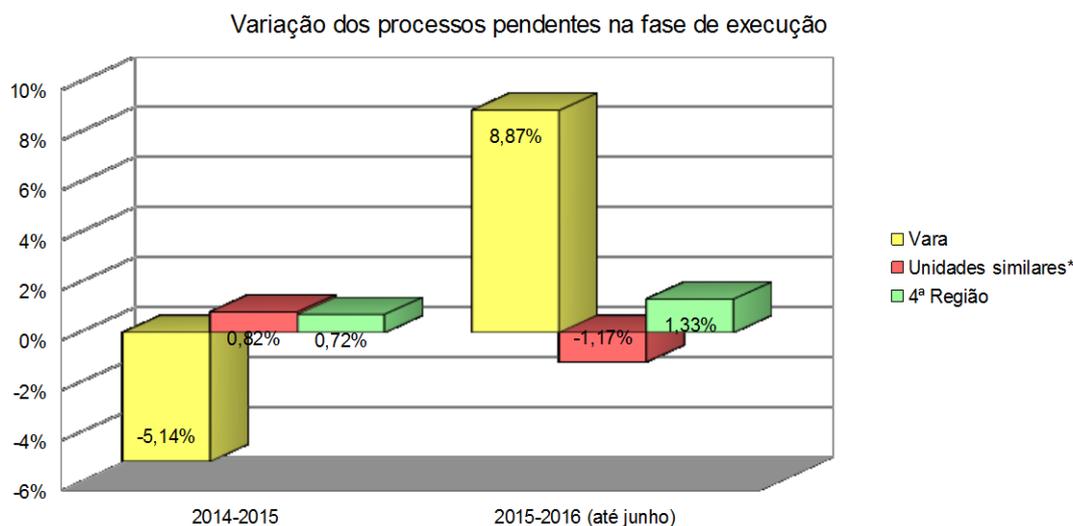
		2014	2015	Variação 2014-2015	2016 (até 30.06)	Variação 2015-2016
<b>Entrada</b>	<b>Iniciadas</b>	133	234	75,94%	196	-16,24%



	<b>Desarquivadas para prosseguimento</b>	496	157	-68,35%	5	-96,82%
<b>Saídas</b>	<b>Encerradas</b>	199	211	6,03%	144	-31,75%
	<b>Arquivadas Provisoriamente</b>	55	59	7,27%	12	-79,66%
<b>Pendentes</b>	<b>Exclusivamente crédito previdenciário</b>	7	8	14,29%	11	37,50%
	<b>Demais</b>	421	398	-5,46%	431	8,29%
	<b>Total</b>	<b>428</b>	<b>406</b>	<b>-5,14%</b>	<b>442</b>	<b>8,87%</b>
<b>Saldo no arquivo Provisório</b>		603	505	-16,25%	511	1,19%

(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 06.07.2016)

Entre os anos de 2014 e 2015, o estoque de execuções pendentes na 2ª Vara do Trabalho de Taquara apresentou redução de 5,14%: de 428 para 406 processos. Os dados colhidos no primeiro semestre de 2016, contudo, apontam aumento no estoque de processos pendentes na fase de execução, de 8,87%, resultado maior do que a média regional no mesmo período, que apresentou um aumento de 1,33% no número de execuções pendentes.



### 3.5.2 Execuções encerradas em relação às iniciadas\* e em relação ao total pendente de encerramento\*\*

Execuções encerradas em relação às iniciadas					
	2014	2015	Varição 2014-2015	2016 (até 30.06)	Varição 2015-2016
Taquara – 02ª Vara	149,62%	90,17%	-39,73%	73,47%	-18,52%
Unidades similares*	98,23%	88,75%	-9,65%	80,47%	-9,32%
TRT4 - 1ª Instância	95,90%	80,03%	-16,54%	71,19%	-11,05%

(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 06.07.2016)



\* Fórmula: [número de execuções encerradas / número de execuções iniciadas]

Em 2015, foram encerradas na Unidade Judiciária 90,17% das execuções iniciadas no mesmo período, constatando-se uma redução de 39,73% em relação ao índice do ano anterior. De qualquer sorte, o índice da Unidade foi 1,43 pontos percentuais superior à média das demais unidades constantes da mesma faixa de movimentação processual e 10,14 pontos percentuais superior à média geral do TRT da 4ª Região (80,03%).

Execuções encerradas em relação ao total pendente de encerramento					
	2014	2015	Variação 2014-2015	2016 (até 30.06)	Variação 2015-2016
Taquara – 02ª Vara	11,09%	16,68%	50,37%	13,01%	-22,01%
Unidades similares*	15,10%	15,79%	4,58%	9,23%	-41,51%
TRT4 - 1ª Instância	15,51%	15,39%	-0,79%	8,97%	-41,73%

(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 06.07.2016)

\*\* Fórmula: [número de execuções encerradas / (execuções pendentes do período anterior + número de execuções iniciadas)]

Quando considerado o resíduo pendente do ano anterior, o índice de execuções encerradas pela 2ª Vara do Trabalho de Taquara em 2015 foi de 16,68% do número total de execuções a encerrar – resultado 50,37% maior que verificado no ano anterior. Tal desempenho superou em 0,89 pontos percentuais a média das demais unidades constantes da mesma faixa de movimentação processual e em 1,29 pontos percentuais a média geral do TRT da 4ª Região.

### 3.5.3 Banco Nacional de Devedores Trabalhistas

BNDT					
	2014	2015	Variação 2014-2015	2016 (até 30.06)	Variação 2015-2016
Processos com inclusão de devedor no BNDT	47	50	6,38%	34	-32,00%
Processos com exclusão de devedor no BNDT	0	0	-	0	-
Saldo de processos com devedores inscritos no BNDT	1.135	1.114	-1,85%	1.105	-0,81%

(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 06.07.2016)

O Banco Nacional de Devedores Trabalhistas – BNDT, banco de dados de pessoas físicas e jurídicas devedoras inadimplentes em processo de execução trabalhista definitiva, foi organizado para expedição da Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas - CNDT. A fim de que se mantenham fidedignas as informações prestadas pela CNDT, impõe-se a atenção das Unidades Judiciárias de primeiro grau aos procedimentos de inclusão, alteração e exclusão de dados dos executados no referido banco de dados.



Nos termos do art. 2º do Provimento Conjunto nº 19, da Presidência e da Corregedoria Regional do TRT4, de 27.12.2011, os atos relacionados à alteração da condição e exclusão do devedor no Banco Nacional de Devedores Trabalhistas (BNDT) devem ser realizados com prioridade pelas Unidades Judiciárias. Para verificação do pleno cumprimento desse item pela 2ª Vara do Trabalho de Taquara, foi realizado um cotejo entre a listagem de execuções encerradas definitivamente desde 01.06.2014 e a listagem do saldo de processos com devedores ainda inscritos no BNDT em 15.07.2016. Dessa consulta, **resultaram 05 processos** com execução encerrada definitivamente, mas com devedores ainda inscritos no BNDT.

<b>1</b>	<b>Processo nº 0000127-32.2014.5.04.0382</b>
Em 17-11-2015 foi lançado o andamento “arquivado definitivamente”. No entanto, a executada Madeireira Irmãos Paris Ltda. permanece inscrita junto ao BNDT, atualmente com a informação “sem garantia total do juízo”.	
<b>2</b>	<b>Processo nº 0000758-15.2010.5.04.0382</b>
Em 19-11-2015 foi lançado o andamento “arquivado definitivamente”. No entanto, a executada Calçados Mayago Ltda. permanece inscrita junto ao BNDT, atualmente com a informação “sem garantia total do juízo”.	
<b>3</b>	<b>Processo nº 0063100-96.2009.5.04.0382</b>
Em 18-12-2014 foi lançado o andamento “extinta a execução”. Em 13-10-2015 foi lançado o andamento “arquivado definitivamente”. No entanto, a executada Uniserv - Cooperativa Ltda. permanece inscrita junto ao BNDT, atualmente com a informação “sem garantia total do juízo”.	
<b>4</b>	<b>Processo nº 0090600-11.2007.5.04.0382</b>
Em 5-4-2016 foi lançado o andamento “arquivado definitivamente”. No entanto, a executada CRK - Comércio de Combustível Ltda. permanece inscrita junto ao BNDT, atualmente com a informação “sem garantia total do juízo”.	
<b>5</b>	<b>Processo nº 0131300-92.2008.5.04.0382</b>
Em 14-10-2015 foi lançado o andamento “extinta a execução”. Em 15-10-2015 foi lançado o andamento “arquivado definitivamente”. No entanto, a executada Sociedade Hospitalar de Caridade de Taquara permanece inscrita junto ao BNDT, atualmente com a informação “sem garantia total do juízo”.	

### 3.6 INCIDENTES PROCESSUAIS

	Incidentes processuais								
	2014			2015			2016 (até 30.06)		
	Rece- bidos	Julgados	Pen- dentes	Rece- bidos	Julgados	Pen- dentes	Rece- bidos	Julgados	Pen- dentes
<b>Embargos de declaração</b>	113	104	46	110	106	48	56	63	35
<b>*Antecipações de tutela</b>	100	108	12	57	48	20	46	45	24



PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO  
CORREGEDORIA REGIONAL

<b>Impugnações à sentença de liquidação</b>	0	2	2	3	1	3	7	3	4
<b>Embargos à execução</b>	28	95	38	38	28	48	31	24	20
<b>Embargos à arrematação</b>	4	5	0	0	0	0	0	0	0
<b>Embargos à adjudicação</b>	2	2	0	0	0	0	0	0	0
<b>Exceções de pré-executividade</b>	3	3	8	1	4	5	0	0	4
<b>Total</b>	<b>250</b>	<b>319</b>	<b>106</b>	<b>209</b>	<b>187</b>	<b>124</b>	<b>140</b>	<b>135</b>	<b>87</b>

(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 06.07.2016)

\*A lista de processos com antecipação de tutela pendentes de solução está anexada ao final deste relatório (Anexo 01).

Com base nos dados do quadro acima, constatou-se que foram recebidos 209 incidentes processuais em 2015 na Unidade Judiciária, o que corresponde a uma diminuição de 16,4% em relação ao ano anterior. Observa-se que o número de incidentes processuais julgados apresentou diminuição de 41,38% na comparação entre os anos de 2014 e 2015, passando de 319 para 187. Por causa disso, houve aumento no estoque total de incidentes processuais pendentes de decisão: em 31.12.2014 eram 106 processos e em 31.12.2015, 124. Destaca-se, por fim, que em 06.07.2016 o saldo de incidentes processuais pendentes de decisão era de 87 processos, saldo 30,65% inferior ao do final do 2015; os embargos de declaração eram a espécie que correspondia à maior parte dos incidentes processuais ainda pendentes.

Ainda em relação aos incidentes processuais pendentes de decisão, constatou-se que alguns foram apresentados há mais de seis meses e não estão adequadamente solucionados no sistema por motivos variados: seja pela inexistência de conclusão ao juiz para decisão, seja pela falta de lançamento do registro da decisão para a baixa da pendência do incidente no sistema informatizado, seja pela escolha equivocada de andamentos no sistema para fazer a conclusão e a solução dos incidentes, como no exemplo que segue:

**1 Processo nº 0021013-18.2015.5.04.0382**

Formulado pedido de **antecipação dos efeitos da tutela** na petição inicial, este foi apreciado mediante “despacho”. Assim, sem que tenha sido dada a solução específica ao incidente, permanece a pendência junto ao sistema.

**2 Processo nº 0001378-27.2010.5.04.0382**

Em 9-12-2015, foram opostos **embargos à execução** pela parte reclamada, os quais foram apreciados mediante decisão/despacho. Assim, sem que tenham sido dadas a conclusão e solução específicas ao incidente, permanece a pendência junto ao sistema.

(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 17.08.2016)

Importante ressaltar, portanto, a existência de distorções estatísticas no relatório de incidentes processuais pendentes de decisão na Unidade



Judiciária, os quais podem decorrer de erros de lançamento de andamentos processuais no sistema informatizado.

## **4 PRAZOS MÉDIOS DE TRAMITAÇÃO**

### **4.1 FASE DE CONHECIMENTO**

<b>Prazos médios (em dias)</b>						
		2014	2015	Variação 2014-2015	2016 (até 30.06)	Variação 2015-2016
<b>Do ajuizamento da ação à prolação da sentença</b>	<b>Sumaríssimo</b>	71,62	140,97	96,84%	83,84	-40,53%
	<b>Ordinário</b>	214,46	205,58	-4,14%	282,57	37,45%
	<b>Total</b>	<b>211,81</b>	<b>203,97</b>	<b>-3,70%</b>	<b>280,44</b>	<b>37,49%</b>

(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 06.07.2016)

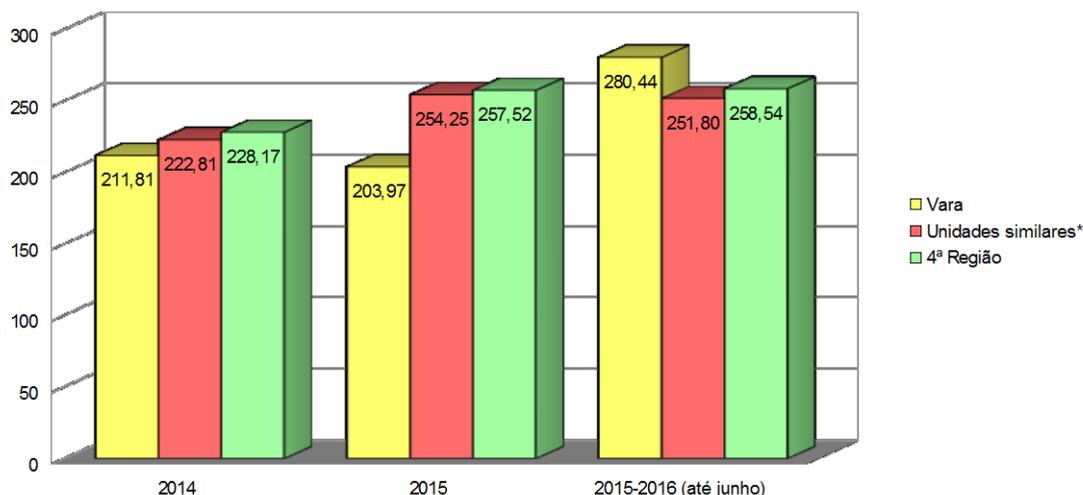
No ano de 2015, o prazo médio decorrido entre o ajuizamento da ação e a prolação da sentença na 2ª Vara do Trabalho de Taquara apresentou redução de 3,7%, passando de 211,81 para 203,97 dias. No rito sumaríssimo, contudo, o prazo médio registrou aumento de 96,84% em relação à média do ano anterior, passando de 71,62 para 140,95 dias. No rito ordinário foi registrado um prazo médio de 205,58 dias, prazo este 4,14% inferior ao do ano de 2014.

O lapso médio de tramitação processual total na fase de conhecimento na Unidade Judiciária em 2015 foi 19,77% menor (50,28 dias) à média do prazo identificado nas unidades constantes da mesma faixa de movimentação processual e 20,79% menor (53,55 dias) à média do prazo em todas as Unidades de 1ª instância do TRT4, ampliando-se a diferença verificada em relação ao ano de 2014.

Outrossim, os dados do primeiro semestre de 2016 indicam que o prazo médio total da fase de conhecimento foi de 280,44 dias, resultado este 11,37% maior (28,64 dias) em relação ao prazo médio constatado nas Unidades Similares e 8,47% maior (21,9 dias) ao prazo médio verificado nas Unidades que integram a 4ª Região. Especificações no gráfico abaixo:



Prazo médio total - fase de conhecimento



## 4.2 FASE DE LIQUIDAÇÃO

Prazos médios (em dias)						
		2014	2015	Variação 2014-2015	2016 (até 30.06)	Variação 2015-2016
Do início ao encerramento da liquidação	Sumaríssimo	..	107,33	#VALOR!	..	#VALOR!
	Ordinário	240,94	262,86	9,10%	271,69	3,36%
	<b>Total</b>	<b>240,94</b>	<b>260,15</b>	<b>7,97%</b>	<b>271,69</b>	<b>4,44%</b>

(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 06.07.2016)

No ano de 2015, o prazo médio total decorrido entre o início e o encerramento da liquidação aumentou em 7,97%, passando de 240,94 para 260,15 dias

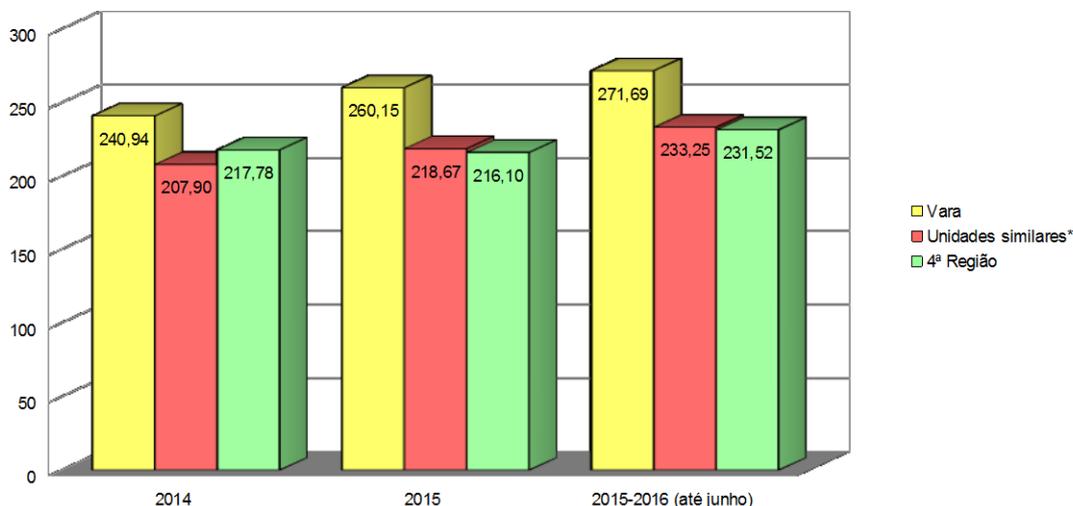
Os dados do ano de 2016, colhidos até o mês de junho, apontam uma tendência de novo aumento do prazo médio total da liquidação.

O lapso médio de tramitação processual total na fase de liquidação na Unidade Judiciária em 2015 foi 18,97% maior (41,47 dias) que a média do prazo identificado nas unidades constantes da mesma faixa de movimentação processual e 20,38% maior (44,05 dias) que o prazo médio de toda a 4ª Região.

Outrossim, os dados do primeiro semestre de 2016 indicam que o prazo médio total da fase de liquidação foi 16,48% maior (38,44 dias) que o prazo médio das Unidades Similares e 17,35% maior (40,17 dias) que o prazo médio verificado nas Unidades integrantes da 4ª Região, conforme apontado no gráfico abaixo.



Prazo médio total - fase de liquidação



### 4.3 FASE DE EXECUÇÃO

Prazos médios (em dias)						
		2014	2015	Variação 2014-2015	2016 (até 30.06)	Variação 2015-2016
Do início ao encerramento da execução	Ente privado	572,00	500,60	-12,48%	824,70	64,74%
	Ente público	1.452,08	1.100,25	-24,23%	2.764,65	151,27%
	<b>Total</b>	<b>639,30</b>	<b>526,26</b>	<b>-17,68%</b>	<b>1.145,70</b>	<b>117,71%</b>

(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 06.072016)

O prazo médio decorrido entre o início e o encerramento da fase de execução, nos processos em que o executado era ente privado, diminuiu de 572 dias, em 2014, para 500,6 dias, em 2015. Contudo, no primeiro semestre de 2016, a média atingiu 824,7 dias, prazo este 64,74% maior que o do período anterior.

Quando o executado era ente público, o prazo médio de tramitação na fase de execução diminuiu de 1.452,08 dias, em 2014, para 1.100,25 dias, em 2015. Todavia, nos seis primeiros meses de 2016, o lapso de tramitação apresentou aumento para 2.764,65 dias, o que equivale a 151,27% na comparação com 2015.

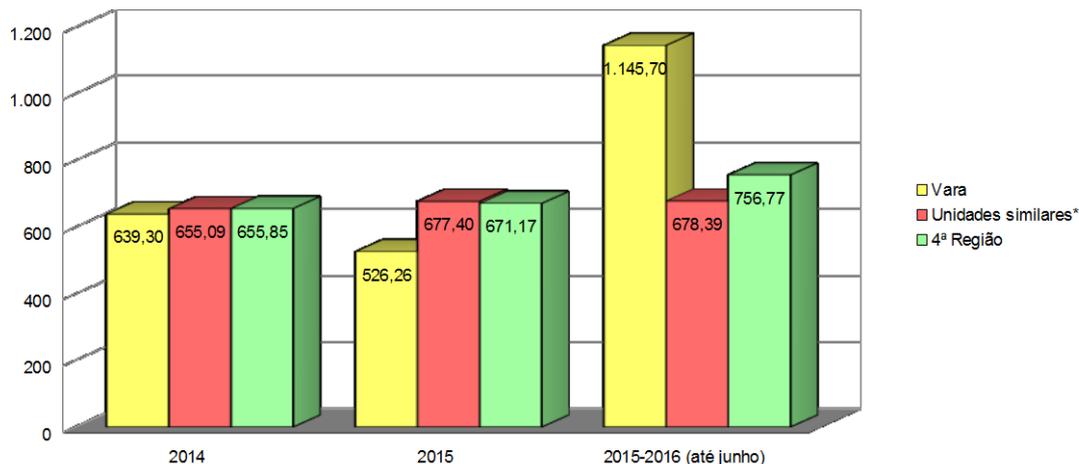
Constatou-se que o tempo de tramitação total na fase de execução na 2ª Vara do Trabalho de Taquara foi 22,31% menor (151,14 dias) que o das unidades constantes da mesma faixa de movimentação processual em 2015 e 21,59% menor (144,91 dias) que a média de toda a 4ª Região. Sinala-se que, embora tenha havido elevação do prazo médio total da execução, a Unidade, em 2015, apresentou prazo médio processual mais célere do que os



verificados nas demais unidades de faixa de movimentação processual similar, bem como em todo o TRT da 4ª Região.

Finalmente, verifica-se que no primeiro semestre de 2016 o prazo médio da Unidade apresentou aumento de 117,58%, ficando 68,88% maior (467,31 dias) que a média das demais Unidades com movimentação processual similar e 51,39% maior (388,93 dias) que o prazo apurado em toda a primeira instância da 4ª Região.

Prazo médio total - fase de execução



## 5 METAS

### 5.1 METAS DO CNJ – ANO DE 2015

**5.1.1 Meta 1:** “Julgar quantidade maior de processos de conhecimento do que os distribuídos no ano corrente”.

META 1/2015 CNJ			
Distribuídos até 31.12.2015	Solucionados até 31.12.2015	%	Resultado
1.588	1.506	94,84%	Meta não cumprida

**5.1.2 Meta 2:** “Identificar e julgar, até 31.12.2015, pelo menos, 90% dos processos distribuídos até 31.12.2013”.

META 2/2015 CNJ			
Processos não julgados até 31.12.2013	Processos distribuídos até 31.12.2013 e julgados entre 1º.01.2014 e 31.12.2015	%	Resultado
765	705	92,16%	Meta cumprida

**5.1.3 Meta 5:** “Baixar, em 2015, quantidade maior de processos de execução do que o total de casos novos de execução”.



META 5/2015 CNJ			
Casos novos de execução em 2015	Execuções baixadas* em 2015	Grau de Cumprimento	Resultado
235	344	146,38%	Meta cumprida

\* Segundo o Glossário das Metas de 2015, execuções baixadas correspondem aos processos de execução baixados definitivamente (Consulta e-Gestão D.06), bem como aquelas execuções em que pendente apenas pagamento de precatório, ou que pende apenas pagamento de custas processuais.

**5.1.4 Meta 6:** “Identificar e julgar até 31.12.2015 as ações coletivas distribuídas até 31.12.2012, no primeiro grau, e até 31.12.2013, no segundo grau”.

META 6/2015 CNJ			
Ações coletivas não julgadas até 31.12.2012 (exceto os suspensos)	Ações coletivas distribuídas até 31.12.2012 e julgadas entre 1º.01.2013 e 31.12.2015	Grau de cumprimento	Resultado
12	12	100,00%	Meta cumprida

**5.1.5 Meta 7:** “Identificar e reduzir em 1,5% o acervo dos dez maiores litigantes em relação ao ano anterior”.

Dez maiores litigantes TRT4, em 31.12.2014	Nº de processos tramitando na Unidade em 31.12.2014	Acervo de processos tramitando em 31.12.2015
Wms Supermercados do Brasil Ltda.	10	9
Estado do Rio Grande do Sul	6	0
Clinsul Mão de Obra e Representação Ltda. (Em Recuperação Judicial)	4	0
Companhia Riograndense de Saneamento – Corsan	6	9
União	0	11
OI S.A.	1	3
Proservi Serviços de Vigilância Ltda. (Em Recuperação Judicial)	0	0
Caixa Econômica Federal - CEF	8	7
Banco do Brasil S.A.	2	0
Hospital Nossa Senhora da Conceição	0	0

Total em 2014	Total em 2015	Percentual atingido	Resultado
---------------	---------------	---------------------	-----------



37	39	5,41%	Meta não cumprida
----	----	-------	-------------------

### 5.1.6 Metas do CNJ específicas da Justiça do Trabalho em 2015:

a) “Para o 1º grau dos TRT que contabilizaram o prazo médio acima de 200 dias, reduzir em 1% o tempo médio de duração do processo na fase de conhecimento em relação ao ano base de 2014”.

META ESPECÍFICA DA JUSTIÇA DO TRABALHO CNJ EM 2015 PRAZO MÉDIO DA FASE DE CONHECIMENTO				
Prazo médio TRT4 2014 – fase de conhecimento	Prazo médio na Unidade em 2014	Prazo médio da Unidade em 2015	Prazo médio que deveria ter sido alcançado em 2015	Resultado
228,17	211,81	203,97	<b>209,7</b>	<b>Meta cumprida</b>

b) “Aumentar em 1% o índice de conciliação na fase de conhecimento, em relação à média do biênio 2013/2014”.

META ESPECÍFICA DA JUSTIÇA DO TRABALHO CNJ EM 2015 NÚMERO DE ACORDOS NA FASE DE CONHECIMENTO						
	2013	2014	Média 2013/2014	2015	Meta para 2015	Resultado
<b>Total de acordos</b>	870	786	828	1046	<b>837</b>	<b>Meta cumprida</b>

## 5.2 METAS DO CNJ – ANO DE 2016

5.2.1 Meta 1: “Julgar quantidade maior de processos de conhecimento do que os distribuídos no ano corrente”.

META 1/2016 CNJ			
Distribuídos até 30.06.2016	Solucionados até 30.06.2016	%	
833	632	<b>75,87%</b>	<b>Indicativo de não cumprimento da meta</b>

5.2.2 Meta 2: “Julgar, até 31.12.2016, pelo menos, 90% dos processos distribuídos até 31.12.2014”.

META 2/2016 CNJ			
Processos não julgados até 31.12.2014	Processos distribuídos até 31.12.2014 e julgados entre 1º.01.2015 e 30.06.2016	%	Resultado
850	801	<b>94,24%</b>	<b>Meta já cumprida</b>



**5.2.3 Meta 3:** “Aumentar em 2% o índice de conciliação na fase de conhecimento, em relação à média do biênio 2013/2014”.

META 3/2016 CNJ						
	2013	2014	Média 2013/2014	2016 (até 30.06)	Meta para 2016	Resultado parcial
<b>Total de acordos</b>	870	786	828	374	<b>845</b>	<b>Período insuficiente para apuração</b>
<b>Média mensal de acordos</b>	72,5	65,5	69	62,33	<b>70,42</b>	

**5.2.4 Meta 5:** “Baixar, em 2016, quantidade maior de processos de execução do que o total de casos novos de execução”.

META 5/2016 CNJ			
Casos novos de execução em 2016	Execuções baixadas* em 2016 (até 30.06)	Grau de Cumprimento	Resultado parcial
196	139	<b>70,92%</b>	<b>Período insuficiente para apuração</b>

Segundo o Glossário das Metas de 2016, execuções baixadas correspondem aos processos de execução baixados definitivamente (Consulta e-Gestão D.06), bem como aquelas execuções em que pendente apenas pagamento de precatório, ou que pende apenas pagamento de custas processuais.

**5.2.5 Meta 6:** “Identificar e julgar até 31.12.2016 as ações coletivas distribuídas até 31.12.2013, no primeiro grau, e até 31.12.2014, no segundo grau”.

META 6/2016 CNJ	
Ações coletivas distribuídas até 31.12.2013 pendentes de solução	Resultado
0	<b>Meta já cumprida</b>

**5.2.6 Meta 7:** “Identificar e reduzir em 2% o acervo dos dez maiores litigantes em relação ao ano anterior”.

Dez maiores litigantes TRT4, em 31.12.2014	Nº de processos tramitando na Unidade em 31.12.2015	Acervo de processos tramitando em 30.06.2016
Wms Supermercados do Brasil Ltda.	9	2
União	11	0
Estado do Rio Grande do Sul	0	0
Caixa Econômica Federal - CEF	7	5
Companhia Riograndense de	9	2



Saneamento – Corsan		
OI S.A.	3	3
Banco do Estado do Rio Grande do Sul	0	2
Claro S.A.	0	0
Hospital Nossa Senhora da Conceição	0	0
Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos	7	0

Total em 2015	Total em 2016 (até junho)	Percentual atingido	Resultado
46	14	<b>-69,57%</b>	<b>Indicativo de cumprimento da meta</b>

## **6 AUDIÊNCIAS E DESEMPENHO DOS JUÍZES**

### **6.1 PERIODICIDADE E COMPOSIÇÃO (MÉDIAS) DA PAUTA**

A Unidade realiza sessões de audiências regularmente às segundas, terças e quartas-feiras pela manhã e quintas-feiras durante todo o dia. A composição média das sessões é especificada nos quadros abaixo:

J1	Segunda	Terça	Quarta	Quinta	Sexta
Manhã	8-14 (I) 4-5 (P)	8-14 (I) 4-5 (P)	8-14 (I) 4-5 (P)		-
Tarde	-	-	-		-

J1	Segunda	Terça	Quarta	Quinta	Sexta
Manhã	-	-	-	8 (I) 4-5 (P)	-
Tarde	-	-	-	8 (I) 4-5 (P)	-

(Fonte: Informação do Diretor de Secretaria em 23.08.2016)

Legenda:

- I – Audiências iniciais de rito ordinário*
- U – Audiências unas de rito sumaríssimo*
- P – Audiências de prosseguimento*



As consignatórias, quando não envolvem menor ou espólio, não são incluídas em pauta. Em alguns casos, processos que envolvem unicamente matéria de direito também não são incluídos em pauta.

Como há poucos processos distribuídos pelo rito sumaríssimo, não há pautas específicas para eles, os quais são incluídos na pauta no prazo legal de 15 dias.

Há, com frequência, inclusão em pauta de processos na fase de execução, para tentativa de acordo, entre as audiências iniciais e os prosseguimentos.

No caso de fechamento de empresas, situação que acaba por gerar centenas de reclamatórias, ou são feitos “pautões” extras ou são incluídos grupos de até 30 ações numa pauta regular, por vários dias.

Ademais, a cada 15 dias ocorre uma pauta extra nas quartas-feiras à tarde.

## 6.2 PAUTAS LIVRES

Tipo	Última Data Marcada		Próxima Data Livre	
	J1	J2	J1	J2
Inicial	21.09.2016	27.10.2016	21.09.2016	27.10.2016
Una Sumaríssimo				-
Instrução	20.03.2017	10.11.2016	20.03.2017	10.11.2016

(Fonte: Informação do Diretor de Secretaria em 23.08.2016)

## 6.3 PRAZO MÉDIO DE AUDIÊNCIAS INICIAIS

Prazos médios (em dias) – Audiência inicial						
		2014	2015	Variação 2014-2015	2016 (até 30.06)	Variação 2015-2016
		Do ajuizamento da ação até a realização da 1ª Audiência	Sumaríssimo	23,58	185,63	687,22%
Ordinário	43,63		59,83	37,14%	63,68	6,43%
Total	43,11		65,42	51,75%	63,12	-3,52%

(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 06.07.2016)

O prazo médio das audiências iniciais no rito sumaríssimo aumentou de 23,58 dias, em 2014, para 185,63 dias, em 2015 (aumento de 687,22%). O prazo médio da audiência inicial do rito ordinário subiu, ainda que de forma menos significativa, de 43,63 dias, em 2014, para 59,83 dias, em 2015 (aumento de 37,14%). O prazo total das audiências na Unidade no ano de 2015 ficou em 65,42 dias, apresentando aumento de 51,75% em relação ao ano anterior.

No primeiro semestre de 2016, o prazo médio total apresentou redução para 63,12 dias, o que representa 3,52%.



Em consulta ao livro-pauta no momento da inspeção, as pautas efetivamente disponíveis indicam prazos médios menores do que apontados pelo Sistema e-Gestão nesse ano de 2016.

#### 6.4 PRAZO MÉDIO DE AUDIÊNCIAS DE INSTRUÇÃO

Prazos médios (em dias) – Audiência de instrução						
		2014	2015	Variação 2014-2015	2016 (até 30.06)	Variação 2015-2016
Da Realização da 1ª Audiência até o Encerramento da Instrução	Sumaríssimo	56,21	69,92	24,39%	45,38	-35,10%
	Ordinário	235,17	117,4	-50,08%	161,47	37,54%
	<b>Total</b>	<b>228,94</b>	<b>116,24</b>	<b>-49,23%</b>	<b>159,70</b>	<b>37,39%</b>

As audiências de prosseguimento no rito sumaríssimo tiveram o prazo aumentado de 56,21 dias, em 2014, para 69,92 dias, em 2015 (variação de 24,39%). Por sua vez, o rito ordinário registrou redução do prazo médio de 235,17 dias, em 2014, para 117,4 dias, em 2015 (queda de 50,08%). No primeiro semestre de 2016, houve redução no prazo dos processos sumaríssimos e aumento no dos processos ordinários, causando aumento no prazo total.

Em consulta ao livro-pauta no momento da inspeção, as pautas efetivamente disponíveis confirmam os prazos médios apontados pelo Sistema e-Gestão.

#### 6.4 AUDIÊNCIAS REALIZADAS

Juiz (a)	2015				TOTAL
	Inicial	Instrução	Una	Conciliação	
Jaqueline Maria Menta	0	71	0	0	<b>71</b>
José Luiz Dibe Vescovi	1.048	505	6	52	<b>1.611</b>
Lúcia Rodrigues de Matos	141	236	1	7	<b>385</b>
Oswaldo Antonio da Silva Stocher	72	52	3	2	<b>129</b>
Juiz Não Informado	2	0	0	0	<b>2</b>
<b>TOTAL</b>	<b>1.263</b>	<b>864</b>	<b>10</b>	<b>61</b>	<b>2.198</b>

Juiz (a)	2016 (até 30.06)				TOTAL
	Inicial	Instrução	Una	Conciliação	
Edenir Barbosa Domingos	4	93	0	1	<b>98</b>



José Luiz Dibe Vescovi	665	197	2	38	<b>902</b>
Lúcia Rodrigues de Matos	197	85	0	4	<b>286</b>
<b>TOTAL</b>	<b>866</b>	<b>375</b>	<b>2</b>	<b>43</b>	<b>1.286</b>

(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 06.07.2016)

## 6.6 ADIAMENTO DE PAUTA

Eventuais adiamentos de pautas deverão ser comunicados à Corregedoria Regional, para fins informativos, conforme previsto no art. 4º, § 8º do Provimento nº 250/2016, da Corregedoria Regional.

## 6.7 ASSIDUIDADE DOS MAGISTRADOS

Em cumprimento ao disposto no art. 18, II, da Consolidação dos Provimentos da Corregedoria-Geral da Justiça do Trabalho, a assiduidade dos magistrados foi verificada por meio das informações obtidas nos itens 2.1.4, 6.1 e 6.5 do presente relatório, e também por meio da visita correccional. Constatase que, à exceção dos afastamentos listados no item 2.1.4, os juízes comparecem regularmente para realização de audiências e atuação na Unidade Judiciária.

## 6.8 PROCESSOS SOLUCIONADOS

2015						
Juiz (a)	Com exame de mérito				Sem exame de mérito	Total de processos solucionados
	Conciliações	Julgados	Outras decisões	TOTAL	TOTAL	
Giani Gabriel Cardozo	-	1	0	1	-	<b>1</b>
Jaqueline Maria Menta	29	17	0	46	5	<b>51</b>
José Luiz Dibe Vescovi	761	179	0	940	112	<b>1.052</b>
Lúcia Rodrigues de Matos	189	81	0	270	16	<b>286</b>
Oswaldo Antonio da Silva Stocher	67	39	0	106	10	<b>116</b>
<b>TOTAL</b>	<b>1.046</b>	<b>317</b>	<b>0</b>	<b>1.363</b>	<b>143</b>	<b>1.506</b>

2016 (até 30.06)						
Juiz (a)	Com exame de mérito				Sem exame de mérito	Total de processos solucionados
	Conciliações	Julgados	Outras decisões	TOTAL	TOTAL	
Edenir Barbosa Domingos	34	48	0	82	-	<b>82</b>
Jaqueline Maria Menta	-	5	0	5	-	<b>5</b>
José Luiz Dibe Vescovi	263	62	0	325	61	<b>386</b>
Lúcia Rodrigues de Matos	77	65	0	142	15	<b>157</b>
Oswaldo Antonio da Silva Stocher	-	2	0	2	-	<b>2</b>
<b>TOTAL</b>	<b>374</b>	<b>182</b>	<b>0</b>	<b>556</b>	<b>76</b>	<b>632</b>



(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 06.07.2016)

## 6.9 PROCESSOS CONCLUSOS PARA SENTENÇA HÁ MAIS DE 50 DIAS NA DATA DA CORREIÇÃO

Juiz(a)	Tipo de Incidente	Quantidade
Juiza Jaqueline Maria Menta	Processos de cognição	02
Juiza Jaqueline Maria Menta	Embargos de Declaração	02
Juiz José Luiz Dibe Vescovi	Processos de cognição	13
Juiz José Luiz Dibe Vescovi	Embargos de Declaração	04
Juiz José Luiz Dibe Vescovi	Exceção de Incompetência	01
Juiz José Luiz Dibe Vescovi	Antecipação de Tutela	01
Juiza Lúcia Rodrigues de Matos	Processos de cognição	17
Juiza Lúcia Rodrigues de Matos	Embargos de Declaração	03
<b>Total: 43 processos</b>		

(Fonte: Consulta ao Projeto BI TRT4 em 19.08.2016. 50 dias anteriores à data da correição: 04.07.2016)

\* A listagem das sentenças pendentes há mais de 50 dias consta em anexo ao final da presente ata de correição.

## 7 ROTINAS DE SECRETARIA

### 7.1 EXPEDIÇÃO DE NOTIFICAÇÕES e OFÍCIOS

Notificações e ofícios urgentes são expedidos de imediato. Os demais são expedidos em 48h, pelo mesmo servidor que fez a minuta do despacho.

Expedem notificação para a Procuradoria Regional Federal, que faz a carga dos processos diretamente na Vara.

### 7.2 EXPEDIÇÃO DE MANDADOS, AUTORIZAÇÕES JUDICIAIS, PRECATÓRIOS E RPV'S

Os mandados são normalmente expedidos dentro da mesma semana em que determinados. Os precatórios e RPVs são cumpridos no mesmo prazo, sem prioridade em relação aos mandados.

### 7.3 EXPEDIÇÃO DE ALVARÁS

Alvarás tem prioridade: são expedidos diariamente. Há controle do prazo de embargos em separado do restante do prazo, controlado pelo diretor.

### 7.4 DESPACHOS DE PROTOCOLO

São protocoladas em média 80 a 90 petições por dia. O protocolo dos processos físicos é despachado no dia seguinte, pelo próprio diretor. O



protocolo nos processos eletrônicos está mais atrasado em razão do maior volume: na data da inspeção estava sendo feito o protocolo da semana anterior. Os urgentes, entretanto, são separados e feitos de imediato.

## 7.5 CERTIFICAÇÃO DE PRAZO

A unidade separa os prazos de conhecimento e liquidação do prazo de execução. Na data da inspeção, o prazo do conhecimento e liquidação, no PJe, estava no final de junho; nos físicos estava certificado o prazo até 31 de julho. Na fase de execução, tanto nos processos físicos quanto nos eletrônicos o prazo estava em 10 de junho.

Observou o diretor que o prazo é certificado cerca de duas semanas após seu decurso por que, quando não é preclusivo, é comum haver peticionamento fora do prazo.

## 7.6 REMESSA DE AUTOS AO TRT

Há remessa de processos ao TRT duas vezes por semana.

## 7.7 CONVÊNIOS

A vara utiliza todos os convênios disponibilizados pelo TRT4 e vários servidores têm acesso a eles.

## 7.8 ARQUIVAMENTO DE PROCESSOS

Ocorre arquivamento praticamente todas as semanas. Um dos objetivos da unidade é nunca ter processos parados aguardando arquivamento.

## 7.9. EXECUÇÃO REUNIDA

A unidade tem execuções reunidas mas poucas, por volta de 6.

## 7.10 PROCEDIMENTO EM RELAÇÃO AO BNDT

Há inscrição do devedor no BNDT depois da citação válida e do Bacen negativo. Ocorre a retirada quando quitada a dívida, constando tal determinação no mesmo despacho em que determinada a inclusão: a unidade adota os despachos múltiplos – da citação até o final do processo.

## 7.11 EXAME DOS LIVROS

### 7.11.1 Advogados – Cargas Vencidas há mais de 10 dias da data da consulta ao sistema INFOR

	Processo	Prazo
1	0018200-62.2008.5.04.0382	13.06.2016
2	0001573-75.2011.5.04.0382	07.07.2016
3	0000583-16.2013.5.04.0382	11.07.2016
4	0000337-83.2014.5.04.0382	11.07.2016
5	0000168-33.2013.5.04.0382	15.07.2016



PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO  
CORREGEDORIA REGIONAL

6	0000577-09.2013.5.04.0382	18.07.2016
7	0000657-70.2013.5.04.0382	18.07.2016
8	0000126-47.2014.5.04.0382	18.07.2016
9	0025500-12.2007.5.04.0382	19.07.2016
10	0001091-59.2013.5.04.0382	25.07.2016
11	0028500-20.2007.5.04.0382	25.07.2016
12	0001022-61.2012.5.04.0382	26.07.2016
13	0131400-18.2006.5.04.0382	04.08.2016
14	0135500-11.2009.5.04.0382	08.08.2016
15	0000595-30.2013.5.04.0382	10.08.2016
16	0000158-52.2014.5.04.0382	10.08.2016
17	0000096-12.2014.5.04.0382	10.08.2016
18	0000199-19.2014.5.04.0382	12.08.2016
19	0000019-71.2012.5.04.0382	12.08.2016

(Fonte: Consulta ao Sistema inFOR em 18.08.2016)

### 7.11.2 Peritos – Cargas Vencidas há mais de 10 dias da data da consulta ao sistema inFOR

	Processo	Prazo
1	0001297-73.2013.5.04.0382	16.05.2016
2	0050500-43.2009.5.04.0382	16.05.2016
3	0001300-28.2013.5.04.0382	16.05.2016
4	0000226-36.2013.5.04.0382	20.06.2016
5	0144600-73.1998.5.04.0382	27.06.2016
6	0000686-86.2014.5.04.0382	08.07.2016
7	0000832-98.2012.5.04.0382	18.07.2016
8	0000197-20.2012.5.04.0382	18.07.2016
9	0000899-63.2012.5.04.0382	25.07.2016
10	0000155-97.2014.5.04.0382	03.08.2016
11	0000421-55.2012.5.04.0382	10.08.2016

(Fonte: Consulta ao Sistema inFOR em 18.08.2016)

Conforme consulta ao Sistema inFOR, verificou-se que, embora estejam vencidos os prazos de devolução de autos há mais de 10 dias, houve empenho da Unidade Judiciária (despachos proferidos, expedição de notificações) em promover a cobrança desses processos.



### 7.11.3 Mandados – Prazos vencidos há mais de 10 dias da data da consulta ao sistema inFOR

Em consulta ao sistema inFOR na data de 18.08.2016, não foi constatada a existência de quaisquer mandados pendentes de cumprimento na Unidade Judiciária.

## **8 EXAME DOS PROCESSOS**

Para as análises realizadas nos itens seguintes, foram extraídas duas listagens distintas no sistema inFOR. No item 8.1, são analisados 10 autos físicos, escolhidos a partir da listagem de 50 processos aleatórios gerada pelo Sistema e disponibilizada para fins de correição à Vice-Corregedoria. Para a análise do item 8.2, extraiu-se do sistema inFOR, em 18.08.2016, uma listagem de processos sem movimentação há mais de 30 dias, a qual totalizou **186 processos**. Esse item verifica, por amostragem, a correção dos andamentos lançados pela Unidade Judiciária.

### 8.1 ANÁLISE DOS PROCESSOS FÍSICOS

<b>1</b>	<b>Processo nº 0000692-64.2012.5.04.0382</b>
<b>Fase:</b> Solucionado. <b>Aspectos Gerais dos Autos:</b> termo de juntada com informações incompletas: termo de juntada lançado à fl. 599 não menciona os comprovantes de recolhimento de custas e depósito recursal (fls. 605v e 606) que acompanham o recurso de revista da reclamada. Art. 101 da CPCR. <b>Movimentação Processual:</b> nada a apontar.	
<b>2</b>	<b>Processo nº 0001236-86.2011.5.04.0382</b>
<b>Fase:</b> Solucionado. <b>Aspectos Gerais dos Autos:</b> O Termo da fl. 220v contém informações imprecisas, uma vez que refere a juntada de “manifestação”, quando deveria referir a juntada de substabelecimento. (art. 101 da CPCR) <b>Movimentação Processual:</b> nada a apontar.	
<b>3</b>	<b>Processo nº 0207700-07.1995.5.04.0382</b>
<b>Fase:</b> Execução <b>Aspectos Gerais dos Autos:</b> ausência do termo de juntada quanto ao “Contrato Particular de Parceria Agrícola” das fls. 243-5 (Art. 101 da CPCR). <b>Movimentação Processual:</b> nada a apontar.	
<b>4</b>	<b>Processo nº 0001323-71.2013.5.04.0382</b>
<b>Fase:</b> Solucionado <b>Aspectos Gerais dos Autos:</b> Recibos do sistema VIPE juntados após as petições às quais se referem (fls. 160, 176), estando, portanto, fora da ordem cronológica. Sentença das fls. 178-182 precedida de termo de juntada (fl. 177), o que é desnecessário por tratar-se de ato judicial. O art. 101 da CPCR determina que a juntada de documentos, petições e manifestações de qualquer espécie será precedida do respectivo termo, o que não se aplica aos atos judiciais e da Secretaria. Termo de juntada com informações incompletas: termo de juntada lançado à fl. 206 não	



menciona os comprovantes de recolhimento de custas e depósito recursal (fls. 605v e 606) que acompanham o recurso de revista da reclamada. Art. 101 da CPR.

**Movimentação Processual:** nada a apontar.

**5 Processo nº 0000174-11.2011.5.04.0382**

**Fase:** Execução

**Aspectos Gerais dos Autos:** nada a apontar.

**Movimentação Processual:** nada a apontar.

**6 Processo nº 0001129-71.2013.5.04.0382**

**Fase:** Execução Encerrada

**Aspectos Gerais dos Autos:** nada a apontar.

**Movimentação Processual:** demora no impulso processual: processo sem qualquer andamento desde 30/03/2016.

**7 Processo nº 0001463-13.2010.5.04.0382**

**Fase:** Execução

**Aspectos Gerais dos Autos:** Recibos do sistema VIPE juntados após as petições às quais se referem (fls. 644, 669, 712, 714 e 716), estando, portanto, fora da ordem cronológica.

**Movimentação Processual:** demora no impulso processual – processo entregue em carga para o advogado do reclamante em 23-06-2014 e devolvido apenas em 11-09-2014, sem haja registro de qualquer diligência para obter o retorno dos autos neste período.

**8 Processo nº 0132100-33.2002.5.04.0382**

**Fase:** Execução

**Aspectos Gerais dos Autos:** nada a apontar.

**Movimentação Processual:** demora no impulso processual – processos sem qualquer andamento de 14-01-2014 a 18-04-2016.

**9 Processo nº 0001269-08.2013.5.04.0382**

**Fase:** Conhecimento

**Aspectos Gerais dos Autos:** nada a apontar.

**Movimentação Processual:** demora no impulso processual – processo sem qualquer andamento de 13-12-2013 a 04-03-2015.

**10 Processo nº 0045900-81.2006.5.04.0382**

**Fase:** Execução encerrada

**Aspectos Gerais dos Autos:** nada a apontar.

**Movimentação Processual:** nada a apontar.

\* Os **aspectos gerais dos autos** são analisados a partir do início do período correccionado, em janeiro de 2015.

## 8.2 IRREGULARIDADES NOS ANDAMENTOS NO INFOR

No quadro abaixo, são listadas as **práticas irregulares** da Unidade quando do registro de andamentos no INFOR, auferidas no exame da listagem de processos sem movimentação há mais de 30 dias, extraída em 18.08.2016.



<b>Ausência de prazo final do acordo ou acordo com prazo vencido – Processos Exemplos:</b>	
0000055-45.2014.5.04.0382	
<b>Autos aguardando arquivamento – Processos Exemplos:</b>	
0069300-56.2008.5.04.0382	
<b>Demora no impulso processual – Processos Exemplos:</b>	
0169800-09.2003.5.04.0382	0000432-21.2011.5.04.0382
0000656-22.2012.5.04.0382	0000095-61.2013.5.04.0382
0001626-56.2011.5.04.0382	0001263-06.2010.5.04.0382
0124000-50.2006.5.04.0382	0001025-79.2013.5.04.0382
<b>Processo aguardando remessa ao TRT para julgamento do(s) recurso(s) – Processos Exemplos:</b>	
0000198-73.2010.5.04.0382	
<b>Registros desatualizados – Processos Exemplos:</b>	
0177900-79.2005.5.04.0382	0001747-84.2011.5.04.0382

### 8.3 EXAME DOS PRESSUPOSTOS RECURSAIS

Conforme informação do Diretor de Secretaria, a Unidade Judiciária **observa** a norma contida no art. 18, I, da Consolidação dos Provimentos da Corregedoria-Geral da Justiça do Trabalho, de que trata do pronunciamento explícito nos autos acerca do exame dos pressupostos de admissibilidade dos recursos encaminhados ao Tribunal. Salienta-se que a referida Consolidação vigeu até 15.03.2016, por quase todo o período correccionado. De todo modo, a nova Consolidação dos Provimentos da Corregedoria-Geral da Justiça do Trabalho, em seu art. 26, I, repete “*ipsis litteris*” o art. 18, I, supracitado.

### 8.4 LIBERAÇÃO DE DEPÓSITO RECURSAL

Segundo informação do Diretor de Secretaria, o depósito recursal é convertido em penhora e, depois da citação, quando a parte não apresenta embargos, é liberado ao autor.

### 8.5 CITAÇÃO DO(S) SÓCIO(S) EM CASO DE DESCONSIDERAÇÃO DA PERSONALIDADE JURÍDICA DA EXECUTADA

Por ocasião da correição, o Diretor de Secretaria informou que a unidade faz redirecionamento da execução de ofício, o que é muito trabalhoso. Destacou que observam a OJ nº 48 da Seção Especializada em Execução deste Tribunal, a qual limita a responsabilidade do sócio ao período em que constou no contrato social da empresa. Cautelarmente, utilizam os convênios



BacenJud e RenaJud e, após, cita o sócio ou dá ciência da constrição efetuada.

## **9 PROCESSO JUDICIAL ELETRÔNICO - PJe**

Conforme Cronograma de Implantação do Processo Judicial Eletrônico deste Regional aprovado pelo TST, o PJe foi implantado na Unidade Judiciária em 18.08.2014.

Foram analisados alguns agrupadores e caixas representativos da movimentação e gerenciamento, pela Secretaria, dos processos que tramitam no meio eletrônico. A análise foi efetuada remotamente em 22.08.2016. ocasião em que o acervo processual da 2ª Vara do Trabalho de Taquara contava com 1.535 processos na fase de conhecimento, 34 processos na fase de liquidação, 77 processos na fase de execução e 1.412 processos arquivados.

<b>Agrupador</b>	<b>Quantidade de Processos</b>
<b>Processos com pedido de sigilo nos documentos não apreciado</b>	2
<b>Processos com Habilitações nos Autos Não Lidas</b>	19
<b>Processos com pedido liminar ou de antecipação de tutela não apreciado</b>	5
<b>Processos com petições não apreciadas</b>	28
<b>Mandados devolvidos pelo Oficial de Justiça</b>	1
<b>Processos aguardando encaminhamento do secretário de audiência (atas assinadas)</b>	138

<b>Pasta</b>	<b>Subpastas</b>	<b>Quantidade de Processos</b>	<b>Mais antigo</b>	<b>Data</b>
<b>Aguardando Cumprimento de Providência</b>	TOP VISION	685	0020106-43.2015.5.04.0382	18.03.2015
<b>Aguardando apreciação pela instância superior</b>	Conhecimento	77	0020440-14.2014.5.04.0382	05.10.2015
<b>Aguardando Audiência</b>	12 - Dezembro	501	0021440-15.2015.5.04.0382	09.05.2016



PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO  
CORREGEDORIA REGIONAL

<b>Aguardando cumprimento de acordo ou pagamentos</b>	10 OUTUBRO/01 6	82	0021212-40.2015.5.04.0382	17.0.52016
<b>Aguardando final do sobrestamento</b>	Conhecimento	3	0020222-12.2016.5.04.0383	09.08.016
<b>Analisar Decisão</b>	Luís	3	0021316-32.2015.5.04.0382	19.08.2016
<b>Analisar Despacho</b>	LUCIA RODRIGUES DE MATOS	11	0020663-93.2016.5.04.0382	15.08.2016
<b>Analisar Sentença</b>	LUCIA RODRIGUES DE MATOS	9	0020712-37.2016.5.04.0382	22.07.2016
<b>Análise do Sobrestamento</b>	Conhecimento	19	0020756-90.2015.5.04.0382	27.01.2016
<b>Apreciar dependência</b>	Conhecimento	1	0020885-61.2016.5.04.0382	22.08.2016
<b>Minutar Decisão</b>	Dra. Jaqueline Menta	17	0020172-57.2014.5.04.0382	10.03.2016
<b>Minutar Despacho</b>	Conhecimento	3	0020385-92.2016.5.04.0382	24.06.2016
<b>Minutar Sentença - ED</b>	Carga JAqueline Menta	4	0020062-58.2014.5.04.0382	24.11.2015
<b>Minutar Sentença</b>	Conclusos Dra Lucia	98	0020324-71.2015.5.04.0382	18.05.2016
<b>Preparar Comunicação</b>	July	7	0020216-08.2016.5.04.0382	14.07.2016
<b>Recebimento de instância superior</b>	Conhecimento	1	0020173-42.2014.5.04.0382	18.08.2016
<b>Redistribuição</b>	Conhecimento	1	0020651-79.2016.5.04.0382	18.08.2016
<b>Remeter ao 2o Grau</b>	Conhecimento	1	0020022-76.2014.5.04.0382	17.08.2016
<b>Triagem Inicial</b>	Dra Lúcia	2	0020854-41.2016.5.04.0382	11.08.2016
<b>Aguardando Cumprimento de Providência - Liq</b>	- 2017 - 03março - de 20 a 31	33	0020023-27.2015.5.04.0382	05.05.2016
<b>Aguardando audiência - Liq</b>	Liquidação	1	0020327-26.2015.5.04.0382	16.08.2016
<b>Aguardando Cumprimento de Providência - Exec</b>	2016 - 07Julho - prazo 21 a 31	75	0020096-33.2014.5.04.0382	22.03.2016
<b>Aguardando cumprimento de acordo ou pagamentos</b>	2017 - 01 JANEIRO	1	0020880-73.2015.5.04.0382	16.06.2016



Iniciar Execução	Conferidos CCDF	1	0020834-50.2016.5.04.0382	10.08.2016
------------------	-----------------	---	---------------------------	------------

## ITEM 9.1. DETERMINAÇÕES E OBSERVAÇÕES - PJe

Para apontamentos específicos quanto ao andamento/movimentação processual, foram selecionados e analisados os seguintes processos entre os dias 08.08 e 09.08.2016:

1	<b>Processo nº 0021238-38.2015.5.04.0382</b>
<b>Fase:</b> Conhecimento	
<b>Movimentação Processual:</b> demora no impulso processual – acordo celebrado em audiência realizada em 09.05.2016 (ID de2ced4) com previsão de pagamento da última parcela para 20.06.2016. Decorrido o prazo para pagamento, não foi efetivada a determinação quanto à conclusão dos autos para homologação do acordo.	
Processo na pasta de tarefa “Aguardando Cumprimento de Providência - 2016 - 06junho - 21 a 30” desde 17.05.2016.	
2	<b>Processo nº 0020480-93.2014.5.04.0382</b>
<b>Fase:</b> Conhecimento	
<b>Movimentação processual:</b> demora no impulso processual – após a interposição de recursos ordinários pela reclamada (ID 831dd68) e pelo reclamante em 23.06.2016 (ID da244b5), não é verificado despacho de admissibilidade por iniciativa do Juízo.	
Processo na pasta de tarefa “Aguardando Cumprimento de Providência - 2016 - 06junho - 21 a 30” desde 14.06.2016.	
3	<b>Processo nº 0020022-76.2014.5.04.0382</b>
<b>Fase:</b> Conhecimento	
<b>Movimentação processual:</b> demora no impulso processual – despacho proferido em 04.07.2016 (ID 8f918ae), determinando o reenvio do processo ao 2º grau, sem cumprimento posterior.	
Processo na pasta de tarefa “Aguardando Cumprimento de Providência - CARINE CUMPRIR” desde 15.07.2016.	
4	<b>Processo nº 0020401-80.2015.5.04.0382</b>
<b>Fase:</b> Conhecimento	
<b>Movimentação Processual:</b> demora no impulso processual – acordo celebrado em audiência realizada em 07.10.2015 (ID 130a7f6) com previsão de pagamento da última parcela para 29.01.2016. Decorrido o prazo para pagamento com o silêncio do reclamante, não foi efetivada a determinação quanto à conclusão dos autos para homologação do acordo.	
Processo na pasta de tarefa “Aguardando Cumprimento de Providência - 2016 - 07 julho - 01 a 10” desde 08.10.2015.	



5	<b>Processo nº 0020506-57.2015.5.04.0382</b>
<b>Fase:</b> Liquidação	
<b>Movimentação processual:</b> demora no impulso processual – não houve impulso processual, por iniciativa do Juízo, após o vencimento do prazo preclusivo em 23.06.2016 (ID 7e03997) para manifestação das reclamadas acerca dos cálculos de liquidação apresentados pelo reclamante.	
Processo na pasta de tarefa “ <i>Aguardando Cumprimento de Providência - Liq - 2016 - 06junho - de 21 a 30</i> ” desde 10.06.2016.	
6	<b>Processo nº 0020122-94.2015.5.04.0382</b>
<b>Fase:</b> Liquidação	
<b>Movimentação processual:</b> demora no impulso processual – após a manifestação de concordância da reclamada em 24.06.2016 (ID 06aa13e) quanto aos cálculos apresentados pelo reclamante, não é verificado impulso processual por iniciativa do Juízo.	
Processo na pasta de tarefa “ <i>Aguardando Cumprimento de Providência - Liq - 2016 - 07julho - de 01 a 10</i> ” desde 22.06.2016.	
7	<b>Processo nº 0020206-32.2014.5.04.0382</b>
<b>Fase:</b> Liquidação	
<b>Movimentação processual:</b> demora no impulso processual – <b>1)</b> vencimento do prazo em 10.03.2016 (ID 12b3aea) para reclamada apresentar cálculos de liquidação, com notificação expedida ao perito, apenas, em 28.04.2016 (ID f4cef5b), conforme determinação preestabelecida na decisão proferida em 04.12.2015 (ID 5f143f9). <b>2)</b> Reclamante apresentou petição de impugnação aos cálculos do perito contábil em 08.06.2016 (ID b523b9a), com a notificação para ciência do perito efetivada em 18.07.2016 (ID 2db735f). <b>3)</b> Petição de retificação de cálculo apresentada pelo perito em 19.07.2016 (ID 939a8ae), ainda não apreciada pelo Juízo.	
Processo na pasta de tarefa “ <i>Aguardando Cumprimento de Providência - Liq - 0 PROTOCOLO – GERAL</i> ” desde 06.06.2016	
8	<b>Processo nº 0020268-72.2014.5.04.0382</b>
<b>Fase:</b> Execução	
<b>Movimentação processual:</b> demora no impulso processual – <b>1)</b> vencimento do prazo em 03.05.2016 (ID f6879b2) para reclamada comprovar o pagamento de honorários periciais, com certidão correspondente exarada em 15.06.2016 (ID 91c62dd). <b>2)</b> Após a elaboração de certidão de cálculo da dívida atualizada em 16.06.2016 (ID 545c702), não houve impulso processual por iniciativa do Juízo.	
Processo na pasta de tarefa “ <i>Aguardando Cumprimento de Providência - Exec - CONVÊNIO BACEN por consultar</i> ” desde 16.06.2016.	
9	<b>Processo nº 0020326-75.2014.5.04.0382</b>
<b>Fase:</b> Execução	
<b>Movimentação processual:</b> demora no impulso processual – <b>1)</b> após a devolução do	



mandado de penhora e avaliação, com resultado negativo, em 15.12.2015 (ID 6b9552d), foi proferido despacho subsequente, apenas, em 15.04.2016 (ID 26e4752), determinando a expedição de mandado de penhora de créditos da executada perante o Município de Parobé. **2)** Após o vencimento do prazo em 23.05.2016 (ID 001de53) para o Município depositar o valor penhorado, não houve impulso processual.

Processo na pasta de tarefa “Aguardando Cumprimento de Providência - Exec - Márcia Toniasso - Ligar Gilmar MELO” desde 17.05.2016.

10

**Processo nº 0020357-61.2015.5.04.0382**

**Fase:** Execução

**Movimentação processual:** demora no impulso processual – após a petição apresentada pelo reclamante em 14.06.2016 (ID 5666539), requerendo a utilização dos convênios Bacenjud e Renajud para tentativa de penhora, não houve impulso processual por iniciativa do Juízo.

Processo na pasta de tarefa “Aguardando Cumprimento de Providência - Exec - 2016 - 06Junho - prazo de 11 a 20” desde 30.05.2016.

Os processos são movimentados regularmente e, na data da inspeção, não foram constatadas irregularidades relevantes em relação aos prazos e andamentos processuais.

Verificou-se uma excelente gestão dos processos que tramitam no meio eletrônico e uma boa organização das pastas e subpastas criadas no interior de cada tarefa, possibilitando uma boa visualização e entendimento para quem consulta os procedimentos executados nos autos que tramitam eletronicamente na Unidade.

## **10 SERVIÇO DE APOIO TEMPORÁRIO – SAT**

Conforme consulta ao cronograma estabelecido por esta Corregedoria Regional, **não houve atuação** da equipe do Serviço de Apoio Temporário – SAT durante o período correccionado na Unidade Judiciária.

## **11 OUVIDORIA**

Consta na Ouvidoria deste TRT **01 expediente** relativo à 2ª Vara do Trabalho de Taquara durante o período correccionado, abaixo listado:

Ano	Protocolo nº	Processo nº
2015	4644/2015	0000339-53.2014.5.04.0382

## **12 CONSIDERAÇÕES SOBRE A UNIDADE**

Em termos de movimentação processual, a unidade situa-se na faixa de 1.001 a 1.500 processos/ano. O acervo processual da unidade se manteve



praticamente constante entre os anos de 2013 a 2015. Entretanto, os dados parciais colhidos nesse ano de 2016 registraram aumento de 11,97% nos processos em tramitação, a maior parte deles na fase de conhecimento.

O prazo médio de tramitação do processo entre o ajuizamento da ação e a prolação da sentença vinha sofrendo redução entre os anos de 2013 e 2015 mas, no final do primeiro semestre de 2016, elevou-se para 280 dias. Também na fase de execução o prazo médio de tramitação está aumentando. Importante que a secretaria observe que, nos processos em que expedidos Precatório ou Requisição de Pequeno Valor, deve ser registrado o andamento *extinção da execução* desde que compreendida a integralidade da dívida, andamento esse que impacta diretamente o prazo médio da execução. Nos processos físicos (inFOR), caso o registro seja feito tardiamente, a data do andamento deve corresponder à data da expedição do Precatório ou RPV, de forma a não aumentar indevidamente os prazos médios.

Na fase de conhecimento, constata-se que vêm aumentando o número de processos pendentes de solução: eram 767 processos em 2013 e 1.194 no final de junho de 2016. Muito embora tenha havido sensível acréscimo no número de processos solucionados na unidade, ainda assim o número de pendentes de solução é bastante superior ao encontrado nas demais unidades do Foro de Taquara. O número de processos na fase de liquidação é pequeno se comparado às demais fases. A execução vem apresentando redução: eram 522 processos em 2013 e são 442 no final do primeiro semestre de 2016. Importante destacar, quanto ao número de acordos realizados na fase instrutória, que o percentual é consideravelmente superior ao das unidades similares.

Pertinente mencionar, ainda, o esforço da unidade para realizar acordos, mesmo na fase de execução. Segundo informado pelo Diretor, há inclusão em pauta inclusive de processos em que uma parte apresenta cálculos e a outra diverge, antes da remessa ao perito. Destaca-se que a Vara desenvolve um trabalho intenso para realizar acordos quando do fechamento de fábricas na região. Por esse motivo pode haver demora na inclusão de um grande volume de processos contra a mesma empresa em pauta. Contudo, depois de “alinhavados” os acordos em reuniões prévias, os processos são incluídos ou em um “pautão” ou em uma pauta regular, nesse caso em grupos de até 30 por dia, para homologação. A Vara se empenha muito nas ações cautelares ajuizadas, utilizadas para executar os imóveis das empregadoras. O dinheiro obtido nessas ações é rateado pelos empregados nos acordos entabulados nos processos individuais.

Quanto à fase de liquidação, importante referir que ela é bastante discutida, motivo pelo qual os incidentes na execução são simples e rápidos.

De acordo com o Diretor de Secretaria, a unidade sofria com a rotatividade de servidores; hoje, contudo, isso não mais ocorre. Conta atualmente com 12 servidores e está para receber um estagiário. Houve grande adesão à greve dos servidores de 2015, motivo pelo qual houve expedição de Portaria restringindo as atividades da unidade. Solicitou, se possível, mais um estagiário. Comentou que o processo eletrônico ainda não alcançou o propalado ganho de tempo que prometia e também que os



servidores estão com tendinite em função do uso intermitente do *mouse* – o que se traduz em licenças médicas.

Na inspeção se pode verificar as boas instalações da unidade, o bom aproveitamento do espaço físico, a organização dos arquivos e a disposição das mesas. O espaço é amplo e iluminado, propiciando excelentes condições de trabalho.

Os dados coletados previamente à correição por meio dos sistemas eletrônicos disponíveis à Vice-Corregedoria revelam bom nível de organização da 2ª Vara do Trabalho de Taquara, situação que foi confirmada durante a inspeção.

A Unidade merece ser parabenizada pelo trabalho realizado e pelo comprometimento e dedicação dos servidores, do diretor de Secretaria e dos Juízes em exercício. Destaca-se, ainda, o agradável ambiente encontrado e a integração entre os servidores, os quais contribuem para o bom andamento do trabalho.

## **13 RECOMENDAÇÕES**

### **ITEM 3.6 (Incidentes Processuais)**

Recomenda-se que, periodicamente, sejam consultadas as tabelas do sistema e-Gestão para verificação dos incidentes processuais há mais de seis meses pendentes de decisão, com correção dos andamentos informatizados, quando for o caso.

**Reitera-se que tais dados possuem reflexos inclusive nos processos de promoções dos Magistrados.**

### **ITEM 5.2.1 (Meta CNJ 1/2016)**

Recomenda-se à Unidade Judiciária que adote as medidas necessárias para o cumprimento dessa meta, considerando-se que o número de processos solucionados em 2015 foi inferior ao número de processos distribuídos no mesmo período (item 5.1.1), motivo pelo qual a meta CNJ 1/2015 não foi cumprida pela Unidade.

### **ITEM 5.2.3 (Meta CNJ 3/2016)**

Recomenda-se à Unidade Judiciária que empreenda esforços para o aumento do número de conciliações nesse ano, de forma a atingir a referida meta.

### **ITEM 5.2.4 (Meta CNJ 5/2016)**

Recomenda-se à Unidade Judiciária que envide esforços com o intuito de baixar quantidade maior de processos de execução do que o total de casos novos nesta fase processual, pois os dados parciais do corrente ano sinalizam descumprimento da meta.



### **ITENS 6.3 (Prazo médio das audiências iniciais)**

Recomenda-se que, quando da organização da pauta de audiências, a Unidade observe que não seja excedido o lapso de 40 dias para marcação de audiências iniciais.

### **ITEM 9 (Processo Judicial Eletrônico – Pje)**

Atente a Secretaria para as seguintes recomendações:

- a) transcorrido o prazo do reclamante para manifestação quanto ao eventual descumprimento de acordo estabelecido em audiência, realize, com brevidade, as determinações preestabelecidas no que se refere à homologação ou ao arquivamento.
- b) realize a análise da admissibilidade recursal mediante o despacho pertinente, logo após, a interposição dos recursos pelas partes.
- c) aprecie, com brevidade, as petições protocoladas, em especial, no que concerne às manifestações relativas às fases liquidação e execução de sentença;
- d) atente para os prazos previstos para a prática dos atos processuais e cumpra, com a maior brevidade possível, as determinações contidas nos despachos e decisões, em especial, no que concerne a efetivação dos atos de constrição patrimonial estabelecidos em fase de execução mediante a utilização dos convênios BacenJud e RenaJud;

## **14 DETERMINAÇÕES**

### **14.1. SECRETARIA**

#### **ITEM 3.5.3 (Banco Nacional de Devedores Trabalhistas)**

Determina-se que a Unidade Judiciária efetue a exclusão dos devedores do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas (BNDT) nos processos descritos no **item 3.5.3**, com o registro no campo “quitado” na respectiva aba do sistema inFOR. Destaca -se que esse procedimento deve ser sempre efetuado com prioridade, nos termos do art. 2º do Provimento Conjunto nº 19, da Presidência e da Corregedoria Regional do TRT4, de 27.12.2011.

#### **ITEM 3.6 (Incidentes Processuais)**

Determina-se que a Unidade Judiciária, a fim de sanar as distorções estatísticas verificadas:

- a) observe que a elaboração da minuta da sentença de julgamento de embargos de declaração no PJe-JT deve sempre ser feito no editor simples na tarefa “Minutar sentença – ED”, acessada a partir do subfluxo “Controle manual – Prazos pós-sentença”. Antes do encaminhamento do processo para



assinatura pelo magistrado, através da tarefa “Analisar sentença – ED”, deve-se fazer o registro do resultado do julgamento, selecionando um ou mais dos movimentos disponíveis (de acordo com a quantidade de EDS julgados);

b) observe a solução específica dada aos incidentes processuais, conforme o resultado da apreciação judicial (Acolhidos/Não acolhidos/Acolhidos em parte os Embargos de declaração; Concedida/Não concedida/Concedida em parte a antecipação de tutela (nome da parte);

c) dê solução específica aos incidentes processuais do tipo “antecipação de tutela” listados no item 3.6 e Anexo 01, conforme o resultado da apreciação judicial (Concedida/Não concedida/Concedida em parte a antecipação de tutela (nome da parte);

d) lance os andamentos informatizados, com data retroativa, relativos à conclusão e à extinção dos embargos à execução opostos no processo n. 0001378-27.2010.5.04.0382.

### **ITENS 7.11.1 e 7.11.2 (Advogados e Peritos – Cargas vencidas há mais de 10 Dias)**

Determina-se a cobrança dos autos com prazo de devolução excedido há mais de 10 dias, listados nos itens 7.11.1 e 7.11.2 deste relatório correcional, bem como a redução do lapso para esse fim.

### **ITEM 8.1 (Análise dos Processos Físicos)**

Determina-se que a Unidade Judiciária:

a) adote o procedimento correto quanto ao termo de juntada de documentos, petições e manifestações de qualquer espécie, mencionando, inclusive, os comprovantes de recolhimento de custas e depósito recursal que acompanham o recurso, lançando-o, sempre que possível, no verso da folha em que houve a última movimentação processual, conforme o disposto no art. 101, parágrafo único, da CPR, evitando situações como as verificadas nos processos nº **0000692-64.2012.5.04.0382**, **0001236-86.2011.5.04.0382**, **0207700-07.1995.5.04.0382**, **0001323-71.2013.5.04.0382**, analisados no item 8.1.;

b) retire, periodicamente, listagem de processos sem movimentação processual há mais de 60 dias para que se evitem situações similares àquela verificada no processo nº **0001269-08.2013.5.04.0382**;

c) retire, periodicamente, listagem de processos sem movimentação processual há mais de 90 dias para que se evitem situações similares àquelas verificadas no processo nº **0001129-71.2013.5.04.0382**, **0132100-33.2002.5.04.0382** e **0001463-13.2010.5.04.0382**.

### **ITEM 8.2 (Irregularidades nos andamentos no InFOR)**



A listagem de andamentos sem movimentação há mais de 30 dias resultou em **186 processos** parados. Desta totalidade, excetuam-se os processos em situação regular (aguardam cumprimento de acordo, julgamento de Agravo de Instrumento ou Recurso de Revista, pagamento de precatório, andamento de outros processos, estão com prazo em andamento, suspensos/sobrestados/conclusos ou sendo movimentados pela Secretaria). Determina-se que a Unidade Judiciária regularize, com a maior brevidade possível, os andamentos processuais abaixo exemplificados e **todos que estejam em situação similar**. Para tanto:

- a) indique o prazo final dos acordos homologados ou certifique seu vencimento em processos como o de nº **000055-45.2014.5.04.0382**, dentre outros;
- b) arquive processos como o de nº **0069300-56.2008.5.04.0382**, dentre outros;
- c) tome as providências necessárias para dar prosseguimento ao feito em processos como os de nº **0169800-09.2003.5.04.0382**, **0000656-22.2012.5.04.0382**, **0000432-21.2011.5.04.0382**, **0001626-56.2011.5.04.0382**, **0001263-06.2010.5.04.0382**, **0124000-50.2006.5.04.0382**, **0000095-61.2013.5.04.0382** e **0001025-79.2013.5.04.0382**, dentre outros;
- d) efetue a remessa de autos ao TRT como do processo de nº **0000198-73.2010.5.04.0382**, dentre outros;
- e) atualize os registros de processos como os de nº **0177900-79.2005.5.04.0382** e **0001747-84.2011.5.04.0382**, dentre outros.

## 14.2 MAGISTRADOS

### ITEM 6.9 (Sentenças com Prazo Excedido)

Determina-se que os Juízes Jaqueline Maria Menta; José Luiz Dibe Vescovi e Lúcia Rodrigues de Matos profiram as sentenças nos processos conclusos há mais de 50 dias, listados no Anexo 02 deste Relatório, com a maior brevidade possível, devendo ser observada a cronologia da data de conclusão, priorizando aqueles há mais tempo pendentes de julgamento.

Os magistrados deverão informar a essa Vice-Corregedoria, em dez dias, **caso permaneçam pendências quando do recebimento deste relatório**, qual o prazo necessário para o cumprimento da determinação.

O cumprimento dessa determinação será acompanhado pela Secretaria desta Vice-Corregedoria.

## 15 PRAZO PARA RESPOSTA

O Diretor de Secretaria deverá cientificar os servidores lotados na Unidade Judiciária das recomendações e das determinações contidas neste Relatório de Inspeção, estabelecendo-se o prazo de 30 dias para comunicação pormenorizada à Vice-Corregedoria (exclusivamente pelo *e-mail*



vice\_cor@trt4.jus.br) sobre a adoção das medidas necessárias ao integral suprimento de cada uma das inconsistências detectadas, inclusive quanto a cada um dos processos especificados.

Os Juízes Jaqueline Maria Menta; José Luiz Dibe Vescovi e Lúcia Rodrigues de Matos deverão atender as determinações respectivas constantes deste relatório, observados os prazos estipulados.

## **16 PRESENÇAS**

Além do tempo destinado à conclusão da inspeção e ao contato direto com o Juiz Titular, José Luiz Bibe Vescovi, com a Juíza Substituta, Lúcia Rodrigues de Matos, com o Diretor de Secretaria, Pedro Holzbach, e com os servidores da Unidade Judiciária, o Vice-Corregedor Regional esteve na Secretaria da 1ª Vara Trabalho de Taquara, das 11h às 11h30min, à disposição das partes, dos advogados, dos peritos e de quaisquer interessados para tratar de questões referentes às Unidades Judiciárias desse Foro. Na ocasião, o Desembargador Vice-Corregedor Regional, Marçal Henri Figueiredo, concedeu entrevista ao Jornal Panorama e recebeu o advogado Sérgio Ivan de Souza Moreira.

## **17 ENCERRAMENTO**

Registra-se a cordialidade dispensada pelo Juiz Titular José Luiz Bibe Vescovi, pelo Diretor de Secretaria Pedro Holzbach e pelos servidores presentes na Unidade Judiciária, os quais prestaram importante colaboração para o bom encaminhamento da inspeção correcional. E, para os devidos fins, é por nós, Andrea Koliver e Maria Eneida Giordani, Assessora e Chefe de Gabinete da Vice-Corregedoria, lavrado o presente Relatório, que é assinado pelo Vice-Corregedor Regional.

**Marçal Henri Figueiredo**  
**Vice-Corregedor Regional**



**ANEXO 01**

**LISTAGEM DE PROCESSOS COM PEDIDOS DE ANTECIPAÇÃO DE TUTELA PENDENTES DE SOLUÇÃO**

0020004-81.2016.5.04.0383  
0020006-48.2016.5.04.0384  
0020007-36.2016.5.04.0383  
0020017-80.2016.5.04.0383  
0020318-27.2016.5.04.0383  
0020320-94.2016.5.04.0383  
0020346-95.2016.5.04.0382  
0020543-50.2016.5.04.0382  
0020568-63.2016.5.04.0382  
0020570-33.2016.5.04.0382  
0020578-10.2016.5.04.0382  
0020589-39.2016.5.04.0382  
0020598-98.2016.5.04.0382  
0020603-23.2016.5.04.0382  
0020604-08.2016.5.04.0382  
0020611-97.2016.5.04.0382  
0020649-06.2016.5.04.0384  
2000732-28.2016.5.04.0382  
0020739-20.2016.5.04.0382  
0020795-53.2016.5.04.0382  
0020804-15.2016.5.04.0382  
0020966-44.2015.5.04.0382  
0020973-36.2015.5.04.0382  
0021013-18.2015.5.04.0382



**ANEXO 02**

**LISTAGEM DE PROCESSOS COM INCIDENTES PROCESSUAIS PENDENTES HÁ MAIS DE 50 DIAS DA DATA DA CORREIÇÃO (POR MAGISTRADO):**

**Juiza Jaqueline Maria Menta - Processos de cognição (02 processos)**

0000168-96.2014.5.04.0382

0000653-96.2014.5.04.0382

**Juiza Jaqueline Maria Menta - Embargos de Declaração (02 processos)**

0001437-10.2013.5.04.0382

0020155-21.2014.5.04.0382

**Juiz José Luiz Dibe Vescovi - Processos de cognição (13 processos)**

0021536-30.2015.5.04.0382

0020124-33.2016.5.04.0381

0020152-98.2016.5.04.0381

0021331-98.2015.5.04.0382

0021480-94.2015.5.04.0382

0021486-04.2015.5.04.0382

0020134-74.2016.5.04.0382

0020330-75.2015.5.04.0383

0020380-70.2016.5.04.0382

0020384-10.2016.5.04.0382

0021380-42.2015.5.04.0382

0020559-38.2015.5.04.0382

0020111-28.2016.5.04.0383

**Juiz José Luiz Dibe Vescovi - Embargos de Declaração (04 processos)**

0000774-27.2014.5.04.0382

0000837-52.2014.5.04.0382

0020930-02.2015.5.04.0382

0020728-25.2015.5.04.0382

**Juiz José Luiz Dibe Vescovi - Exceção de Incompetência (01 processo)**

0020542-68.2016.5.04.0381

**Juiz José Luiz Dibe Vescovi - Antecipação de Tutela (01 processo)**

0020598-98.2016.5.04.0382

**Juiza Lúcia Rodrigues de Matos - Processos de cognição (17 processos)**

0000159-37.2014.5.04.0382



PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO  
CORREGEDORIA REGIONAL

0000762-13.2014.5.04.0382  
0020324-71.2015.5.04.0382  
0020328-74.2016.5.04.0382  
0021351-89.2015.5.04.0382  
0020542-02.2015.5.04.0382  
0020167-64.2016.5.04.0382  
0020165-94.2016.5.04.0382  
0020554-16.2015.5.04.0382  
0020555-98.2015.5.04.0382  
0020556-83.2015.5.04.0382  
0020557-68.2015.5.04.0382  
0020560-23.2015.5.04.0382  
0020562-90.2015.5.04.0382  
0020434-73.2015.5.04.0381  
0020548-72.2016.5.04.0382  
0020844-97.2016.5.04.0381

**Juiza Lúcia Rodrigues de Matos – Embargos de Declaração (03 processos)**

0000207-93.2014.5.04.0382  
0000587-19.2014.5.04.0382  
0000880-86.2014.5.04.0382